

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76

NIRE 3130003731-2

Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Montes Claros, 19 de março de 2025 – A Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS (“Companhia”) é uma companhia aberta sediada em Montes Claros – MG e que tem por objeto social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão sob os códigos “CTNM3” e “CTNM4”.

A Companhia possui investimentos em duas controladas e uma coligada como principais investimentos e ativos, a saber:

Controladas:

Springs Global Participações S.A., que por sua vez, é controladora da Coteminas S.A. e da Springs Global US, Inc., companhias que concentram as atividades industriais na área de artigos de cama e banho. Em 2009, a SGPSA iniciou as atividades varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca MMartan e em 2011 sob a marca Artex que comercializam produtos de cama, mesa e banho através da rede de varejos, administradas pela controlada AMMO Varejo Ltda.

Companhia Tecidos Santanense, tem por objeto social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos para o vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho.

Abaixo reproduzimos os comentários individuais das nossas controladas Springs Global Participações e Companhia de Tecidos Santanense.

Coligada:

Cantagalo General Grains S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo - SP, constituída em 25 de outubro de 2010 com o objetivo de cultivo de soja, milho, algodão e outros cereais, exerce ainda, através de sua controlada CGG Trading S.A., atividade de trading de commodities agrícola e possui investimentos logísticos (terminais portuários) para a exportação de grãos.




SPRINGS
GLOBAL

SGPS
B3 LISTED NM

Resultados 1T2024

14 de março de 2025

casa moysés

mmartan

ARTEX

 SANTISTA

 Persono



Springs Global: Consolidação do parque fabril e disponibilização de imóveis para renda e valorização

São Paulo, 14 de março de 2025 - A Springs Global Participações S.A. (Springs Global) – em recuperação judicial, empresa do segmento Lar & Decoração, líder em produtos de cama, mesa e banho, apresentou receita líquida de R\$ 115,0 milhões no ano primeiro trimestre de 2024.

Os principais destaques no 1T2024 foram:

Receita líquida: R\$ 115,0 milhões, -32,9% entre anos

Receita *sell-out* (GMV)^(b) do Varejo: R\$ 122,4 milhões, -27,1% entre anos

Prejuízo bruto: - R\$ 8,4 milhões, com margem bruta de -7,3%, com aumento de 1,6 p.p. em relação ao 1T2023

Receita líquida do Atacado: R\$ 52,5 milhões, com redução de 34,9% entre anos

Consolidação do parque fabril e desativação de duas plantas industriais, direcionando os imóveis para renda e valorização, reconhecidos a valor justo. Apurada mais valia de R\$273 milhões, líquidos de impostos.

Amortização de R\$39,1 milhões em empréstimos, sem efeito caixa, através de dações de imóveis em pagamento. Nesta operação houve um ganho de R\$25,8 milhões no resultado do trimestre.

Complemento de provisões para contingências trabalhistas no montante de R\$ 34,4 milhões

Repactuações de dívidas entre março a novembro de 2024, no montante de R\$ 189,6 milhões

Resultado operacional: - R\$ 99,3 milhões, *versus* - R\$ 129,9 milhões no 1T2023

Pedido de recuperação judicial realizado em maio de 2024, com aprovação em julho de 2024

EBITDA ajustado^{(a),1}: - R\$ 71,4 milhões, *versus* - R\$ 86,0 milhões no 1T2023

¹ Ver reconciliação na tabela 4

As informações financeiras e operacionais contidas neste press release, exceto quando de outra forma indicado, estão em Reais e consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS).

Recuperação Judicial

Em 8 de maio de 2024 - A Companhia e suas controladas comunicaram ao mercado que receberam, no final da semana anterior, notificação enviada por ODERNES Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("ODERNES") para elas, a controlada CSA e outras empresas do grupo, em que alegava vencimento antecipado da dívida representada pelas debêntures emitidas pela controlada indireta AMMO em 30 de maio de 2022 e como suposta consequência do vencimento antecipado, ODERNES pretendia executar as ações de emissão da controlada indireta AMMO, de titularidade da controlada CSA e ainda que fossem transferidas em seguida a totalidade dessas ações para a empresa Jericoacoara Participações S.A. por valor irrisório.

A controlada CSA, por sua vez, contranotificou ODERNES informando não ter se configurado o vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, muito menos a possibilidade de serem executadas as ações da controlada indireta AMMO ou a transferência de tais ações para qualquer outra empresa.

Adicionalmente, conforme já amplamente informado, desde o fim da pandemia, as Companhias vêm tendo seus negócios impactados negativamente pela combinação de fatores adversos que acarretaram dificuldades financeiras.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos da Companhia e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, as Companhias obtiveram deferimento, em sede liminar, do pedido de recuperação judicial, para si e outras empresas do grupo.

Em 26 de julho de 2024, após procedimento de constatação prévia, foi deferido o processamento da Recuperação Judicial em despacho de 25 de julho de 2024.

O quadro abaixo demonstra a composição dos passivos da Companhia incluídos no pedido de Recuperação Judicial, avaliados na data do pedido:

Classe de crédito (lei 11.101/2005)	Controladora	Consolidado
Trabalhista	1.015	106.112
Garantia Real	-	379.063
Quirografário	9.961	344.735
ME e EPP	-	8.477
Não sujeito	-	597.740
Fiscal	1.140	410.539
	-----	-----
	12.116	1.846.666
	=====	=====

Em 26 de setembro de 2024, a Companhia e demais empresas do Grupo apresentaram seu Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") nos autos do respectivo processo e conforme art. 53 da Lei nº 11.101/2005. As principais medidas previstas no PRJ envolvem: (i) reestruturação do passivo das companhias, (ii) alienação de bens e constituição de unidades produtivas isoladas, (iii) distribuição aos Credores de parte dos resultados líquidos auferidos na venda de ativos e unidades produtivas isoladas; (iv) possibilidade de captação de novos recursos pelas companhias para a implementação da retomada operacional; e (v) a preservação de investimentos essenciais para a manutenção das atividades das companhias, além da (vi) criação de fundo de investimento imobiliário (FII) para fins de dação em pagamento das respectivas cotas para fins de pagamento de parte dos credores.

A Companhia vem avançando nas negociações com seus credores e providenciando os documentos relacionados ao seu PRJ no intuito de possível realização da assembleia geral de credores ("AGC") em 2025. No entanto, até a divulgação destas demonstrações financeiras, os termos finais do PRJ, assim como de eventuais acordos de apoio ao plano, entre a Companhia e seus principais credores financeiros, ainda se encontram em tratativas.

Eventos subsequentes

Nesta seção, são apresentadas as principais informações de forma resumida. Para informações completas, favor ler Nota Explicativa 28. **EVENTOS SUBSEQUENTES** das Demonstrações Contábeis Intermediárias relativas a 31 de março de 2024.

Repactuação de empréstimos e financiamentos

As repactuações apresentadas abaixo não estão refletidas nas demonstrações financeiras.

Entre 1 de abril e 30 de novembro de 2024, a controlada Coteminas repactou dívidas no montante de (i) R\$ 49,8 milhões com Banco do Brasil, (ii) R\$ 4,1 milhões com Banco Sofisa, (iii) R\$ 49,8 milhões com Banco Daycoval, e (iv) R\$ 21,6 milhões com Banco Fibra.

Em maio de 2024, algumas empresas do grupo (CTNM, Encorpar Empreendimentos Imobiliários – em recuperação judicial e Seda S.A.), proprietárias dos imóveis, entregaram esses imóveis em Dação de pagamento para quitação de empréstimos com o Banco Industrial do Brasil, no valor total de R\$ 64,3 milhões (R\$ 21,6 milhões em empréstimos da controlada Coteminas).

Debêntures - AMMO

Em 8 de maio de 2024, a Companhia e a controlada indireta AMMO divulgaram fato relevante sobre notificação enviada pelo debenturista Ordenes, alegando o vencimento antecipado, e a consequente excussão das garantias exigindo a consolidação da propriedade das ações de emissão da controlada indireta AMMO.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos das Companhias e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, a controlada CSA juntamente com outras empresas do grupo, em 6 de maio de 2024, requereram Recuperação Judicial e obtiveram deferimento, em sede liminar, de seus pedidos.

Em 17 de julho de 2024, foi assinado acordo entre o debenturista e a controlada AMMO, e outras empresas do Grupo para prorrogar o vencimento das debêntures e extinguir disputa entre as partes. No referido acordo, além de garantias adicionais, inclusive a marca Mmartan, foram pactuados pagamentos trimestrais a partir de dezembro de 2025 de parcelas fixas de R\$3.750 até dezembro de 2029, e pagamento do saldo devedor até dezembro de 2029. Desde que cumpridas certas condições acordadas, sobre o principal não haverá incidência de juros e também se atingindo o pagamento de US\$34.541 mil até dezembro de 2029 o saldo devedor remanescente da dívida será extinto a título de bônus de adimplência e ocorrerá o consequente cancelamento das debêntures

Grupamento de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 29 de maio de 2024, foi aprovado o grupamento da totalidade de ações de emissão da Companhia na proporção de 5 ações para 1 ação da mesma espécie sem modificação do valor de seu capital social.

Encerramento de lojas

Em 2024, no contexto de reestruturação operacional e ajuste de seu capital de giro, a administração da AMMO realizou o fechamento de 33 lojas próprias (3 lojas foram encerradas no 1º trimestre de 2024). A provisão para perdas sobre as benfeitorias em imóveis de terceiros, pontos comerciais e outros ativos imobilizados destas lojas já estavam provisionados em 31 de dezembro de 2023.



Desempenho Consolidado

Receita

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 115,0 milhões no 1T2024, sendo 32,9% inferior ao mesmo período de 2023.

A linha de Cama, Mesa e Banho (Cameba)^(c) foi responsável por 44% da receita no 1T2024, e produtos intermediários^(d) por 2%. A receita do Varejo contribuiu com 54% da receita total do 1T2024.

A receita de Cameba foi de R\$ 50,1 milhões no 1T2024, 34,9% inferior em relação ao mesmo período do ano anterior. A receita de produtos intermediários somou R\$ 2,4 milhões no 1T2024, 36,8% inferior em relação ao mesmo período do ano anterior.

A receita líquida de varejo somou R\$ 62,5 milhões, com redução de 31,0% entre anos. A receita *sell-out* (GMV)^(d) do varejo totalizou R\$ 122,4 milhões no 1T2024, com redução de 27,1% entre anos.

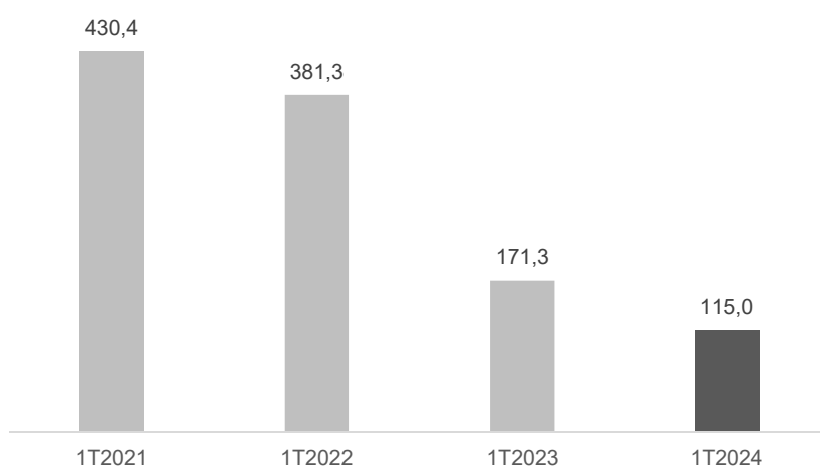


Gráfico 1 – Receita líquida, em R\$ milhões

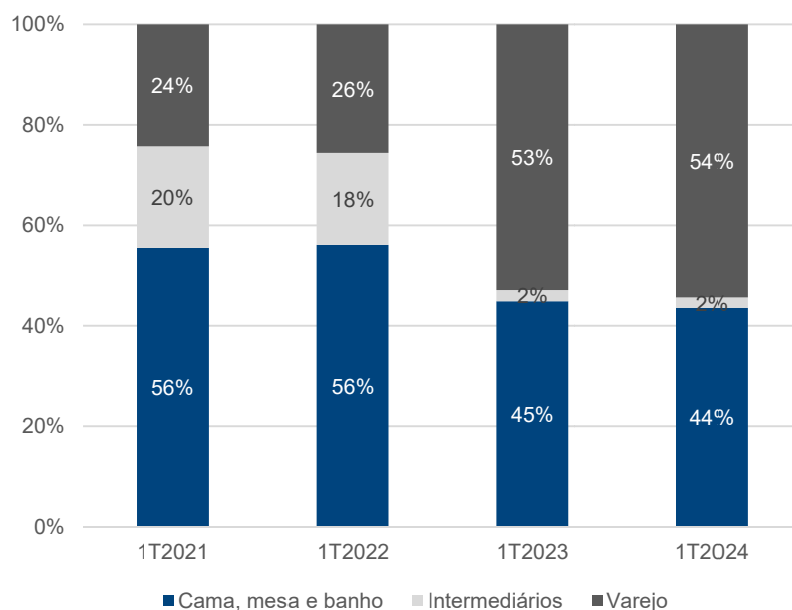


Gráfico 2 – Distribuição da receita por tipo de produto

Custo e Despesas

O custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$ 75,0 milhões no 1T2024, com redução de 34,6% em relação ao mesmo período de 2023.

Os custos de ociosidade, quando ocorrem, são reconhecidos diretamente no resultado do período e não são considerados no custo de produção. O custo de ociosidade foi de R\$ 48,5 milhões no 1T2024, com diminuição de 32,6% em relação ao mesmo período de 2023. Estes custos refletem principalmente a paralisação das atividades industriais desde o segundo semestre de 2023 e aos custos relativos à redução ao quadro de funcionários.

Em relação às despesas operacionais, as despesas com vendas foram de R\$ 50,7 milhões no 1T2024, com redução de 10,5% entre anos, representando 44,0% da receita líquida, ante 33,0% no mesmo período de 2023. As despesas gerais e administrativas (G&A) somaram R\$ 28,1 milhões no 1T2024, sendo equivalentes a 24,4% da receita líquida, *versus* 21,4% no mesmo período do ano anterior.

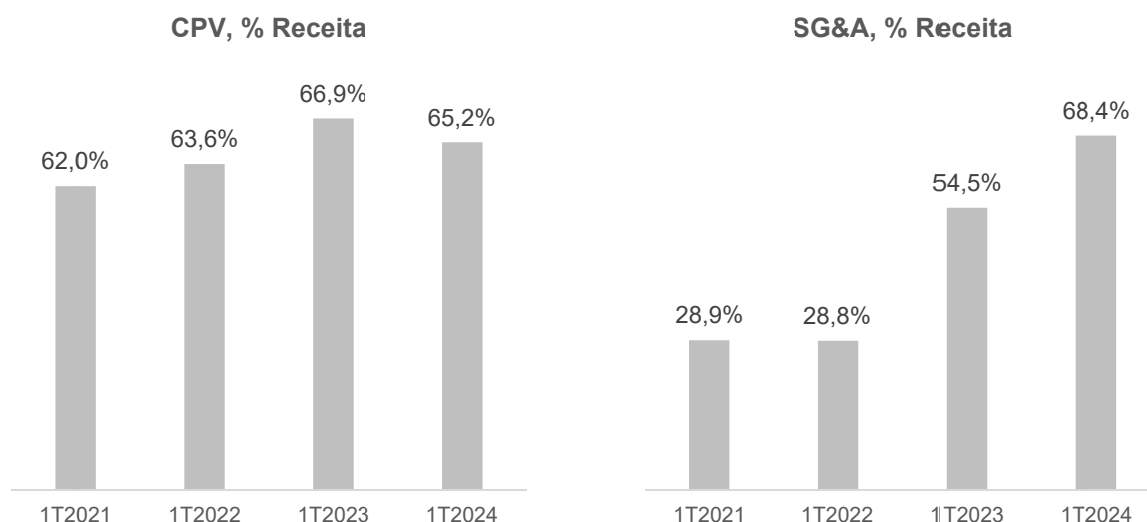


Gráfico 3 – CPV e SG&A, como % receita líquida

Outras, líquidas

“Outras, líquidas” incluem, entre outros, um ganho de R\$25,8 milhões relacionados a entrega de imóveis em operações de pagamento para quitação de empréstimos, e R\$34,4 milhões de despesa para constituição de provisões de contingências trabalhistas.

“Outras, líquidas” foram despesa líquida de R\$ 10,9 milhões no 1T2024, ante despesa líquida de R\$ 21,4 milhões no mesmo período de 2023. As provisões sobre realização de ativos somaram R\$ 20,8 milhões no 1T2023.

Propriedades para investimento

As receitas de arrendamento do empreendimento comercial somaram R\$ 2,1 milhões no 1T2024, ante R\$ 3,0 milhões no mesmo período de 2023, oriundas do *Power Center*.

As propriedades para investimento da Companhia foram avaliadas em R\$ 1,0 bilhão no 1T2024 e incluem (i) o complexo comercial de São Gonçalo do Amarante; (ii) o complexo residencial de São Gonçalo do Amarante; (iii) os imóveis de Montes Claros; e (iv) o imóvel de João Pessoa.

Indicadores financeiros

O prejuízo bruto totalizou R\$ 8,4 milhões no 1T2024, com margem bruta de -7,3%. Entre anos, houve redução de R\$ 6,8 milhões, ou 44,8%, do prejuízo bruto e aumento de 1,6 p.p. da margem bruta.

O resultado operacional do 1T2024 foi negativo em R\$ 99,3 milhões, com redução de R\$30,6 milhões entre anos.

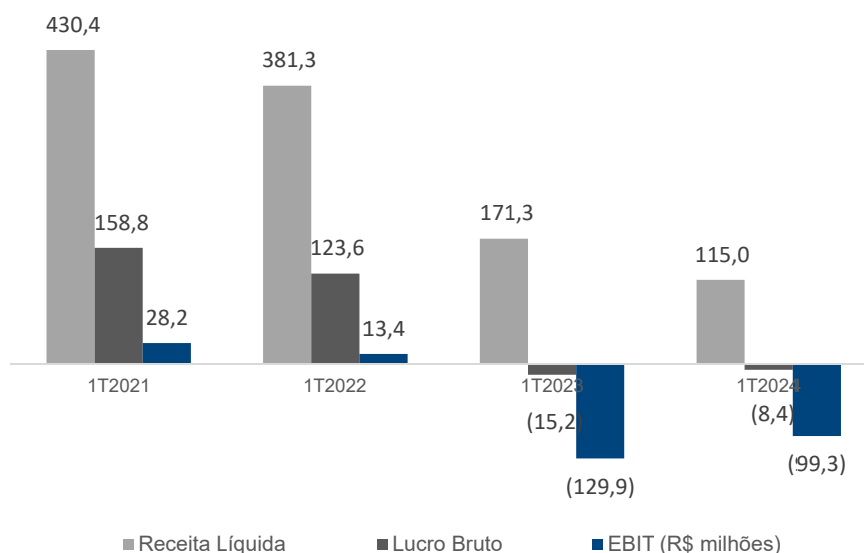


Gráfico 4 – Indicadores financeiros, em R\$ milhões

O EBITDA ajustado^(e) foi negativo R\$ 71,4 milhões no 1T2024, *versus* negativo R\$ 86,0 milhões no 1T2023. A margem EBITDA ajustado¹ foi de -62,1% no 1T2024, *versus* -50,2% no mesmo período de 2023.

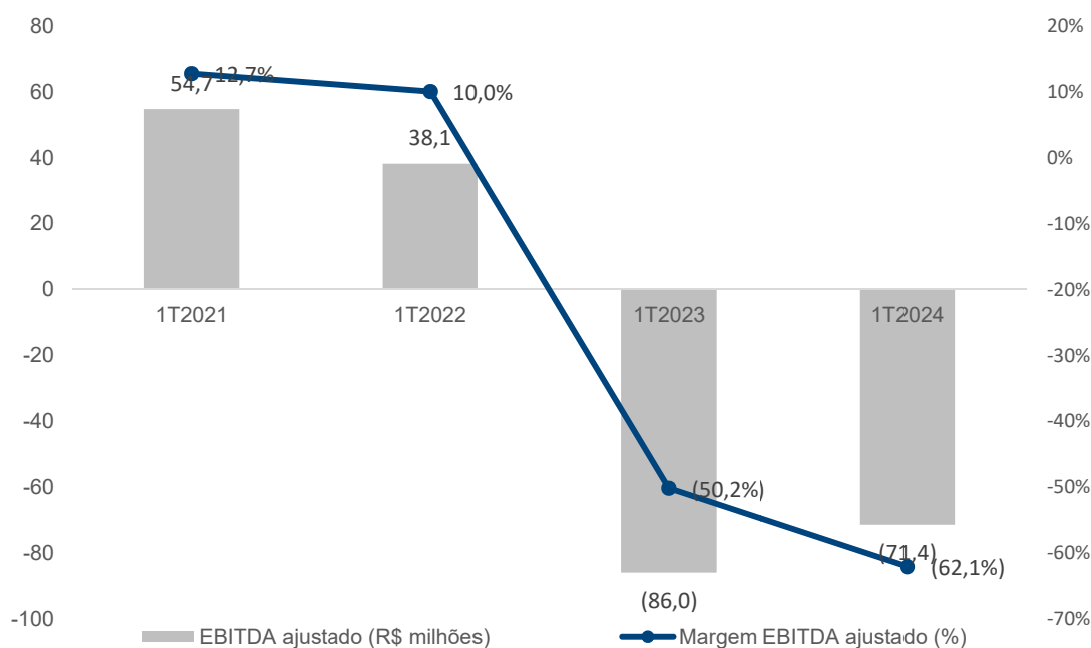


Gráfico 5 – EBITDA ajustado e Margem EBITDA ajustado

As necessidades de capital de giro totalizaram R\$ 21,8 milhões no 1T2024, 91,1%, ou R\$ 222,2 milhões, inferior entre anos, devido principalmente à redução de estoques (R\$ 114,8 milhões), duplicatas a receber (R\$ 22,2 milhões) e da conta Adiantamento de fornecedores (R\$ 20,7 milhões).

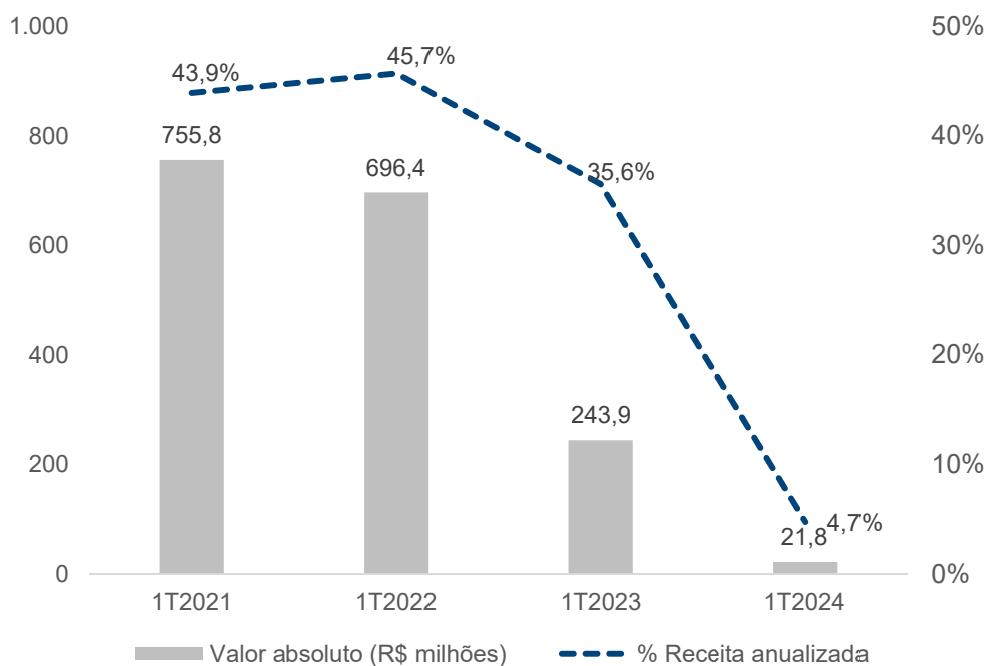


Gráfico 6 – Capital de giro, no final do período

Nossa posição de dívida líquida ajustada^(e) era de R\$ 774,7 milhões em 31 de março de 2024, ante R\$ 815,5 milhões em 31 de dezembro de 2023. No 1T2024 fizemos amortizações de R\$ 32,7 milhões e renovamos ou fizemos novas captações de R\$ 8,5 milhões.

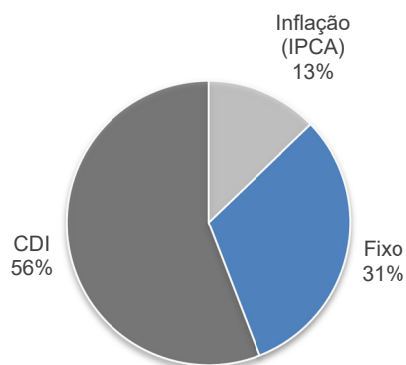


Gráfico 7 – Dívida Bruta por indexador

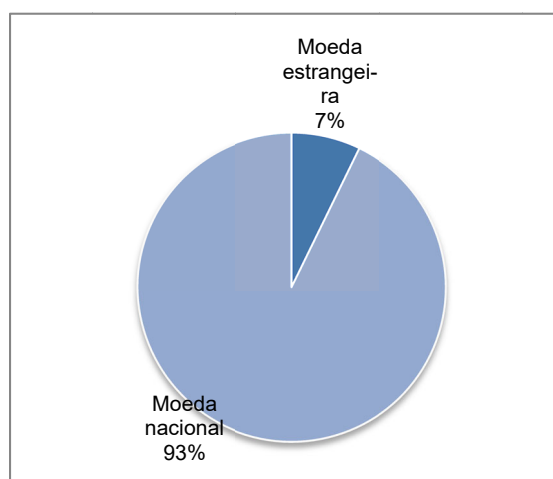


Gráfico 8 – Dívida Bruta por moeda



Diante da expectativa de não cumprimento de certos índices financeiros nas medições anuais, houve reclassificação nas parcelas de longo prazo dos empréstimos, no valor de R\$ 477,6 milhões, foram reclassificados para o passivo circulante no balanço de 31 de março de 2024.

Diante da expectativa de não cumprimento de certos índices financeiros relativos às debêntures da controlada Coteminas S.A., as parcelas de longo prazo dessas debêntures, no valor de R\$ 119,4 milhões, foram reclassificadas para o passivo circulante no balanço patrimonial de 31 de março de 2024.

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, diante de obrigação ("covenant") não cumprida, a controlada indireta AMMO VAREJO S.A., apresentou o sado total das debêntures, no valor de R\$ 383,2 e R\$ 373,2 milhões, respectivamente, no passivo circulante no balanço patrimonial. Exceto pelo não cumprimento dessa obrigação não pecuniária, a controlada AMMO VAREJO S.A. está adimplente com suas obrigações contratuais.

O resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 69,1 milhões no 1T2024, *versus* despesa de R\$ 81,9 milhões no 1T2023.

Registramos prejuízo de R\$ 168,4 milhões no 1T2024, *versus* prejuízo de R\$ 212,1 milhões no 1T2023.



Desempenho por Segmento de Negócio



Desempenho por Segmento de Negócio

A Springs Global apresenta seus resultados segregados nos seguintes segmentos de negócio: (a) Atacado, e (b) Varejo.

Atacado

A receita líquida do segmento de negócio Atacado alcançou R\$ 52,5 milhões no 1T2024, com redução de 34,9% em relação ao 1T2023].

O CPV totalizou R\$ 42,8 milhões no 1T2024, com redução de 39,5% entre anos.

Houve redução das operações nos 1T2024 e 1T2023, com paradas programadas nas unidades fabris, resultando em custo de ociosidade e outros igual a R\$ 48,5 milhões e R\$ 71,9 milhões respectivamente.

O prejuízo bruto somou R\$ 128,8 milhões, com redução de R\$ 50,4 milhões entre anos. As despesas de SG&A somaram R\$ 27,6 milhões, com redução de 28,1% entre anos.

O EBITDA foi R\$ 64,9 milhões negativo no 1T2024, *versus* R\$ 98,6 milhões negativo no 1T2023.

Varejo

A receita *sell-out* (GMV) totalizou R\$ 122,4 milhões no 1T2024, com redução de 27,1% entre anos. A receita de lojas físicas (GMV) totalizou R\$ 109,0 milhões. A receita do *e-commerce* (GMV) somou R\$ 13,4 milhões, representando 10,9% da receita *sell-out* (GMV) do Varejo, *versus* 15,2% no 1T2023, com redução de 4,3% entre anos.

No 1T2024, tínhamos 254 lojas, das quais 77 próprias e 177 franquias, ante 259 lojas em 2023.

A receita líquida somou R\$ 62,5 milhões, *versus* R\$ 90,6 milhões no 1T2023.

O custo dos produtos vendidos (CPV) totalizou R\$ 32,2 milhões no 1T2024, com redução de 26,8% comparado ao mesmo período de 2023, devido ao menor volume de vendas, representando 51,6% da receita líquida, ante 48,6% no 1T2023.

Em relação às despesas operacionais, as despesas com vendas foram de R\$ 40,7 milhões no 1T2024, representando 65,0% da receita líquida. As despesas gerais e administrativas (G&A) somaram R\$ 10,4 milhões no 1T2024, equivalentes a 16,7% da receita líquida.

O lucro bruto totalizou R\$ 30,3 milhões no 1T2024, redução de R\$ 16,3 milhões entre anos, com margem bruta de 48,4%, *versus* 51,4% no 1T2023.

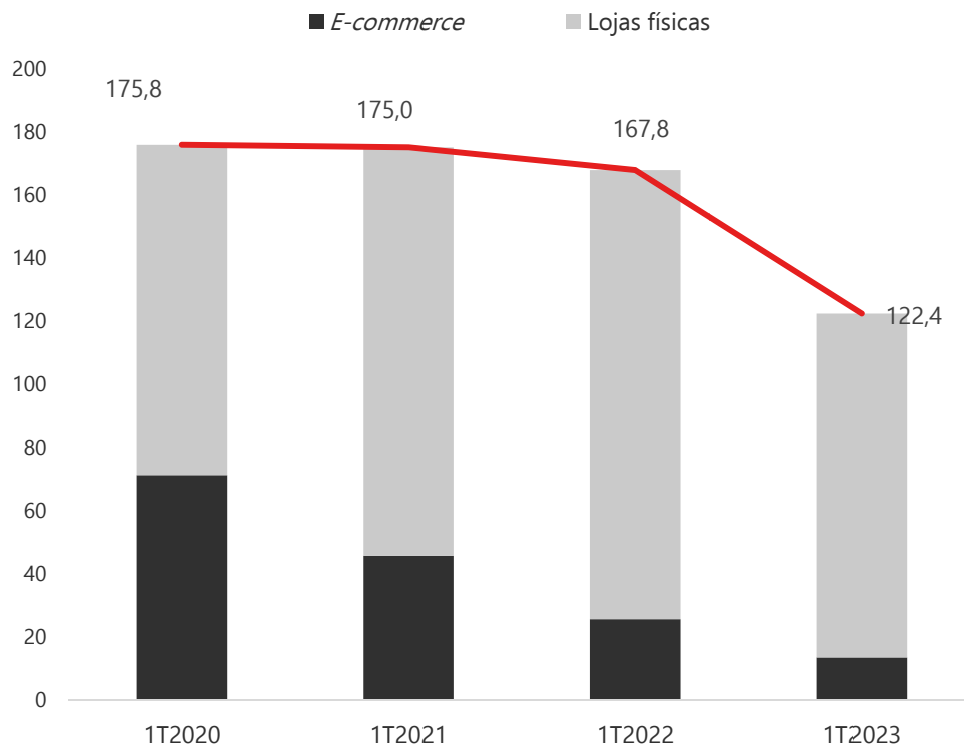


Gráfico 9 – Receita *sell-out* do varejo, em R\$ milhões



Indicadores financeiros

Tabelas

Tabela 1 – Receita Líquida por unidade de negócio

Em R\$ milhões	1T2024 (A)	%	1T2023 (A)	%	(A)/(B) %
Atacado	52,5	45,7%	80,7	47,1%	(34,9%)
Varejo	62,5	54,3%	90,6	52,9%	(31,0%)
Receita líquida total	115,0	100,0%	171,3	100,0%	(32,9%)

Tabela 2 – Receita Líquida por linha de produto

Linha de Produtos	Receita líquida (R\$ milhões)			Volume (ton mil)			Preço médio (R\$/Kg)		
	1T2024	1T2023	(A)/(B)	1T2024	1T2023	(C)/(D)	1T2024	1T2023	(E)/(F)
	(A)	(B)	%	(C)	(D)	%	(E)	(F)	%
Cama, mesa e banho	50,1	76,9	(34,9%)	7,2	1,3	453,8%	7,0	59,2	(88,2%)
Produtos intermediários	2,4	3,8	(36,8%)	0,4	0,4	0,0%	6,0	9,5	(36,8%)
Varejo	62,5	90,6	(31,0%)	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
Total	115,0	171,3	(32,9%)	7,6	1,7	347,1%	15,1	100,8	(85,0%)

Tabela 3 – Custo dos produtos vendidos (CPV), Custo de ociosidade e outros, e Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas (SG&A)

Em R\$ milhões	1T2024 (A)	1T2023 (B)	(A)/(B) %
CPV	75,0	114,7	(34,6%)
CPV, % Receita	65,2%	63,2%	2,0p.p.
Custo de ociosidade e outros	48,5	72	(32,6%)
Despesas de vendas	50,7	56,6	(10,5%)
Despesas gerais e administrativas	28,1	36,7	(23,6%)
SG&A	78,7	93,3	(15,6%)
SG&A, % Receita	68,4%	54,5%	14,0p.p.

Tabela 4 – Reconciliação EBITDA e EBITDA ajustado

Em R\$ milhões	1T2024 (A)	1T2023 (B)	(A)/(B) %
Lucro (prejuízo) líquido	(168,4)	(212,1)	(20,6%)
(+) Imposto de renda e contribuição social	-	0,2	(100,0%)
(+) Resultado financeiro	69,1	81,9	(15,7%)
(+) Depreciação e amortização	18,5	24,2	(23,4%)
EBITDA	(80,8)	(105,8)	(1,6)
<i>Margem EBITDA %</i>	<i>(70,2%)</i>	<i>(61,7%)</i>	(8,5p.p.)
(-) Resultado na alienação do ativo imobilizado e intangível	(26,3)	(1,0)	2630,4%
(+) Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(0,7)	-	n.a
(+) Outras Provisões	36,8	-	n.a
(+) Provisão para ganhos (perdas) em ativos	(0,5)	20,8	(102,3%)
EBITDA ajustado	(71,4)	(86,0)	23,7
<i>Margem EBITDA ajustado %</i>	<i>(62,1%)</i>	<i>(50,2%)</i>	(11,9p.p.)

Tabela 5 – EBITDA por unidade de negócio e margem EBITDA

Linha de Produtos	1T2024 (A)	1T2023 (B)	(A)/(B) %
Atacado	(63,4)	(104,9)	(39,6%)
Varejo	(16,9)	1,5	n.a
Despesas não alocáveis	(0,5)	(2,3)	(78,3%)
EBITDA	(80,8)	(105,8)	(23,6%)
EBITDA Ajustado	(71,4)	(86,0)	(16,9%)
Margem EBITDA%	(70,2%)	(61,7%)	(8,5p.p.)
Margem EBITDA ajustado %	(62,1%)	(50,2%)	(11,9p.p.)

Tabela 6 – Resultado Financeiro

Em R\$ milhões	1T2024 (A)	1T23 (B)	(A)/(B) %
Receitas financeiras	13,6	21,1	(35,3%)
Despesas financeiras - juros e encargos	(59,1)	(80,1)	(26,2%)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros	(19,6)	(18,8)	4,6%
Juros sobre arrendamentos	(0,8)	(2,6)	(67,0%)
Resultado financeiro, ex-variação cambial	(65,9)	(80,4)	(1,2)
Variações cambiais líquidas	(3,1)	(1,5)	101,7%
Resultado financeiro	(69,1)	(81,9)	(15,7%)

Tabela 7 – Capital de Giro

Em R\$ milhões	1T2024 (A)	4T2023 (B)	1T2023 (C)	(A)/(B) %	(A)/(C) %
Duplicatas a receber	112,3	125,3	134,5	(10,3%)	(16,5%)
Estoque	215,1	217,5	329,8	(1,1%)	(34,8%)
Adiantamento a fornecedores	9,5	9,5	30,2	(0,0%)	(68,6%)
Fornecedores	(315,1)	(293,4)	(250,6)	7,4%	25,7%
Capital de giro	21,8	58,8	243,9	(63,0%)	(91,1%)

Tabela 8 – Endividamento

Em R\$ milhões	1T2024 (A)	4T2023 (B)	1T2023 (C)	(A)/(B) %	(A)/(C) %
Empréstimos e financiamentos	696,5	734,5	717,3	(5,2%)	(2,9%)
Debêntures	383,2	373,2	347,0	2,7%	10,4%
Dívida bruta	1.079,7	1.107,7	1.064,3	(2,5%)	1,4%
Caixa e títulos e valores mobiliários	(60,1)	(60,1)	39,7	(0,0%)	(251,3%)
Dívida líquida	1.019,7	1.047,6	1.104,0	(2,7%)	(7,6%)
Debênture conversível	(245,0)	(232,1)	(196,8)	5,6%	24,5%
Dívida líquida ajustada	774,7	815,5	907,2	(5,0%)	(14,6%)

Tabela 9 – Principais indicadores da unidade de negócio Atacado

Em R\$ milhões	1T2024 (A)	4T2023 (B)	1T2023 (C)	(A)/(B) %	(A)/(C) %
Receita Líquida	52,5	105,9	80,7	(50,4%)	(34,9%)
(-) Custo dos produtos vendidos	(42,8)	(92,7)	(70,7)	(53,8%)	(39,5%)
(-) Custo de ociosidade e outros	(48,4)	(42,5)	(71,9)	13,8%	(32,6%)
Lucro (prejuízo) bruto	(38,7)	(29,3)	(61,9)	31,9%	(37,4%)
Margem Bruta %	(73,7%)	(27,7%)	(76,6%)	(46,0p.p.)	2,9p.p.
(-) Despesas de SG&A	(27,1)	(33,1)	(36,0)	(18,1%)	(24,7%)
(-) Provisão para reestruturação	-	9,0	-	n.a.	n.a.
(+) Variação do valor justo de propriedades para investimento	-	2,9	-	n.a.	n.a.
(+/-) Outros	(11,0)	(45,5)	(21,8)	(75,8%)	(49,5%)
Resultado Operacional	(76,8)	(96,0)	(119,7)	(20,0%)	(35,8%)
(+) Depreciação e Amortização	13,4	15,3	14,8	(12,4%)	(9,5%)
EBITDA	(63,4)	(80,7)	(104,9)	(21,4%)	(39,5%)
Margem EBITDA%	(120,8%)	(76,2%)	(129,9%)	(44,6p.p.)	9,2p.p.

Tabela 10 – Principais indicadores da unidade de negócio Varejo

Em R\$ milhões	1T2024 (A)	4T2023 (B)	1T2023 (C)	(A)/(B) %	(A)/(C) %
Receita Líquida	62,5	75,5	90,6	(17,2%)	(31,0%)
(-) Custo dos produtos vendidos	(32,2)	(43,7)	(44,0)	(26,2%)	(26,7%)
Lucro bruto	30,3	31,8	46,6	(4,8%)	(35,0%)
Margem Bruta %	48,4%	42,1%	51,4%	6,3p.p.	(3,0p.p.)
(-) Despesas de SG&A	(51,1)	(66,0)	(53,2)	(22,6%)	(4,0%)
(+/-) Outros	(1,2)	4,5	(0,1)	n.a.	1092,0%
Resultado Operacional	(22,0)	(29,7)	(6,7)	(25,9%)	n.a.
(+) Depreciação e Amortização	5,1	6,3	8,2	(19,0%)	(37,8%)
EBITDA	(16,9)	(23,4)	1,5	(27,8%)	n.a.
Margem EBITDA%	(27,0%)	(31,0%)	1,7%	4,0p.p.	(28,7p.p.)
Número de lojas	254	255	245	(0,4%)	3,7%
Própria Mmartan e Casa Moysés	44	41	32	7,3%	37,5%
Franquia Mmartan	117	114	115	2,6%	1,7%
Própria Artex	33	35	39	(5,7%)	(15,4%)
Franquia Artex	60	65	59	(7,7%)	1,7%
Receita bruta sell out	52,5	153,1	207,3	(65,7%)	(74,7%)
Lojas físicas	38,0	140,5	173,3	(72,9%)	(78,1%)
E-commerce	14,5	12,7	34,1	14,2%	(57,5%)
Participação e-commerce (%)	27,6%	8,3%	16,4%	19,3p.p.	11,1p.p.

Glossário

- (a) EBITDA – O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com nossas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício Circular CVM no 01/2007, quando aplicável. Calculamos nosso EBITDA como nosso lucro operacional antes do resultado financeiro, dos efeitos da depreciação de instalações, equipamentos e demais ativos imobilizados e da amortização do intangível. O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Divulgamos o EBITDA porque o utilizamos para medir nosso desempenho. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, como indicadores de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (b) Receita *sell-out* (GMV) – Receita do canal de vendas para o consumidor final.
- (c) Produtos Cama, Mesa e Banho (Cameba) – incluem lençóis e fronhas avulsos, jogos de lençóis, toalhas de mesa, toalhas de banho, tapetes e acessórios para o banheiro.
- (d) Produtos intermediários – fios e tecidos, no seu estado natural ou tintos e estampados, vendidos para pequenas e médias confecções, malharias e tecelagens.
- (e) Dívida líquida – dívida bruta menos disponibilidades financeiras. Dívida líquida ajustada – dívida líquida menos saldo da debênture conversível de emissão da controlada indireta AMMO.

Este press release pode incluir declarações que representem expectativas sobre eventos ou resultados futuros de acordo com a regulamentação de valores mobiliários brasileira e internacional. Essas declarações estão baseadas em certas suposições e análises feitas pela Companhia de acordo com a sua experiência e o ambiente econômico e nas condições de mercado e nos eventos futuros esperados, muitos dos quais estão fora do controle da Companhia.

Fatores importantes que podem levar a diferenças significativas entre os resultados reais e as declarações de expectativas sobre eventos ou resultados futuros incluem a estratégia de negócios da Companhia, as condições econômicas brasileira e internacional, tecnologia, estratégia financeira, desenvolvimentos dos setores têxtil e de varejo, condições do mercado, incerteza a respeito dos resultados de suas operações futuras, planos, objetivos, expectativas e intenções e outros fatores assim descritos no Formulário de Referência arquivado na Comissão de Valores Mobiliários. Em razão disso, os resultados reais da Companhia podem diferir significativamente daqueles indicados ou implícitos nas declarações de expectativas sobre eventos ou resultados futuros.



SPRINGS
GLOBAL

ARTEX mmartan casa moysés



SANTISTA



Persono

Companhia Tecidos Santanense – em recuperação judicial

CNPJ/MF nº 21.255.567/0001-89

Companhia Aberta

Senhores Acionistas,

Submetemos, à sua apreciação, as demonstrações contábeis intermediárias relativas ao primeiro trimestre de 2024, juntamente com o relatório sobre a revisão das informações trimestrais dos Auditores Independentes.

Contexto operacional de 2024

A Companhia tem apresentado em suas demonstrações financeiras consolidadas, despesas financeiras que foram agravadas pelo forte crescimento das taxas de juros desde o 4º trimestre de 2021. A Companhia tem honrado seus compromissos financeiros com bancos e instituições financeiras, contudo teve uma forte redução de seu capital de giro, o que impactou suas atividades operacionais. A Administração da Companhia está empenhada na recomposição do capital de giro necessário para a regularização de suas atividades operacionais. Também tem negociado o alongamento de seu passivo financeiro.

A Companhia e outras empresas do Grupo, em período anterior ao pedido de recuperação judicial, despenderam esforços para repactuação de seu passivo financeiro e para a realização de alguns imóveis, direitos creditórios e investimentos, cujos recursos foram destinados exclusivamente à liquidação de passivos e a manutenção de seu custeio.

A Santanense faturou R\$ 5,8 milhões no primeiro 1T2024. O quadro abaixo destaca os principais resultados no 1T2024 e 1T2023.

Destaques Financeiros Consolidados	R\$ mil	
	1T2024	1T2023
Receita bruta	5.781	3.460
Receita líquida	(1.153)	2.822
Custo dos produtos vendidos	(477)	(2.713)
Custo de ociosidade e outros	(20.693)	(16.565)
	-----	-----
Prejuízo bruto	(22.323)	(16.456)
	-----	-----
Resultado operacional	(35.706)	(23.880)
	-----	-----

Resultado operacional e EBITDA

O resultado operacional da Companhia foi impactado pela redução de suas operações.

Reconciliação EBITDA	R\$ mil	
	1T2024	1T2023
Prejuízo líquido	(38.622)	(30.398)
(+) Imposto de renda e contribuição social	-	-
(+) Resultado financeiro	(2.916)	(6.518)
(+) Depreciação e amortização	2.432	2.742
EBITDA	(39.106)	(34.174)

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no 1T2024 foi uma despesa de R\$2,9 milhões, enquanto no 1T2023 foi uma despesa de R\$6,5 milhões.

Resultado financeiro	R\$ mil	
	1T2024	1T2023
Juros e encargos financeiros	(9.125)	(10.350)
Juros sobre arrendamentos	(1)	(43)
Despesas bancárias, descontos	(1.175)	(3.728)
Receitas financeiras	10.786	8.074
Variações cambiais, líquidas	(3.401)	(471)
Resultado financeiro	(2.916)	(6.518)

Relacionamento com auditores independentes

Em 2024, a Santanense não contratou outros serviços dos auditores independentes que não os relacionados aos trabalhos de auditoria.

Mercado de Capitais

O preço de fechamento das ações ordinárias e preferenciais da Companhia, negociada na B3 sob os códigos CTSA3 e CTSA4, respectivamente, foram iguais a R\$3,03 e R\$1,57 com desvalorização de 42,0% e 28,0%, respectivamente, em relação ao preço de fechamento do ano de 2023, enquanto o índice IBOVESPA teve desvalorização de 4,8% no 1T2024 e o índice Small Cap apresentou desvalorização de 4,1%, no mesmo período.

Recuperação Judicial

Em 8 de maio de 2024 - A Controladora indireta Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas - em recuperação judicial (“CTNM”) e suas controladas comunicaram ao mercado que receberam, no final da semana anterior, notificação enviada por Odernes Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“ODERNES”) para elas, a CTNM e outras empresas do Grupo, em que alegava vencimento antecipado da dívida representada pelas debêntures emitidas pela AMMO Varejo S.A. - em recuperação judicial (“AMMO”) em 30 de maio de 2022 e como suposta consequência do vencimento antecipado, ODERNES pretendia executar as ações de emissão da AMMO, de titularidade da Coteminas S.A. - em recuperação judicial (“CSA”), e ainda que fossem transferidas em seguida a totalidade dessas ações para a empresa Jericoacoara Participações S.A. por valor irrisório.

A CSA, por sua vez, contranotificou ODERNES informando não ter se configurado o vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, muito menos a possibilidade de serem executadas as ações da AMMO ou a transferência de tais ações para qualquer outra empresa.

Adicionalmente, conforme já amplamente informado, desde o fim da pandemia, as Companhias vêm tendo seus negócios negativamente impactados pela combinação de fatores adversos que acarretaram dificuldades financeiras.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos da Companhia e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, as Companhias obtiveram deferimento, em sede liminar, do pedido de recuperação judicial, para si e outras empresas do grupo.

Em 26 de julho de 2024, após procedimento de constatação prévia, foi deferido o processamento da Recuperação Judicial em despacho de 25 de julho de 2024.

O quadro abaixo demonstra a composição dos passivos da Companhia incluídos no pedido de Recuperação Judicial, avaliados na data do pedido:

Classe de crédito (lei 11.101/2005)	Controladora	Consolidado
Trabalhista	20.240	20.240
Quirografário	190.866	190.879
ME e EPP	2.238	2.238
Não sujeito	59.692	59.692
Fiscal	86.634	86.657
	-----	-----
	359.670	359.706
	=====	=====

Em 26 de setembro de 2024, a Companhia e demais empresas do Grupo apresentaram seu Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") nos autos do respectivo processo e conforme art. 53 da Lei nº 11.101/2005. As principais medidas previstas no PRJ envolvem: (i) reestruturação do passivo das companhias, (ii) alienação de bens e constituição de unidades produtivas isoladas, (iii) distribuição aos Credores de parte dos resultados líquidos auferidos na venda de ativos e unidades produtivas isoladas; (iv) possibilidade de captação de novos recursos pelas companhias para a implementação da retomada operacional; e (v) a preservação de investimentos essenciais para a manutenção das atividades das companhias, além da (vi) criação de fundo de investimento imobiliário (FII) para fins de dação em pagamento das respectivas cotas para fins de pagamento de parte dos credores.

A Companhia e demais empresas do Grupo vem avançando nas negociações com seus credores e providenciando os documentos relacionados ao seu PRJ no intuito de possível realização da assembleia geral de credores ("AGC") em 2025. No entanto, até a divulgação destas demonstrações contábeis intermediárias, os termos finais do PRJ, assim como de eventuais acordos de apoio ao plano, entre a Companhia e seus principais credores financeiros, ainda se encontram em tratativas.

Eventos subsequentes

Repactuação de empréstimos e financiamentos

Nesta seção, são apresentadas as principais informações de forma resumida. Para informações completas, favor ler Nota Explicativa 22. EVENTOS SUBSEQUENTES das Demonstrações Contábeis Intermediárias relativas a 31 de março de 2024. As repactuações apresentadas abaixo não estão refletidas nestas Demonstrações Contábeis Intermediárias relativas a 31 de março de 2024

Em maio de 2024, algumas empresas do grupo (CTNM, Encorpar Empreendimentos Imobiliários – em Recuperação Judicial e Seda S.A.), proprietárias dos imóveis, entregaram esses imóveis em Dação de pagamento para quitação de empréstimos com o Banco Industrial do Brasil, no valor total de R\$ 64,3 milhões (R\$ 12,9 milhões em empréstimos da Companhia).

Entre junho e novembro de 2024, a Companhia repactuou dívidas no montante (i) de R\$ 4,7 milhões com Banco Fibra e, (ii) de R\$ 4,0 milhões com o Banco Sofisa.

Outros eventos subsequentes

Em 6 de fevereiro de 2025, foi comunicado ao mercado, que o Conselho de Administração da Companhia, em reuniões realizadas em 31 de janeiro de 2025 e 5 de fevereiro de 2025, deliberou submeter à Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, a ser realizada em 12 de março de 2025, proposta de grupamento da totalidade de ações de emissão da Companhia na proporção de 4 ações para 1 ação de cada espécie, sem modificação do valor do capital social. Após a aprovação desta proposta, a Companhia divulgará, na data de realização da referida assembleia, maiores informações sobre o referido grupamento.

Agradecimentos

Cumpre-nos apresentar agradecimentos aos clientes, aos colaboradores, aos fornecedores, aos acionistas, às entidades financeiras, às excelentíssimas autoridades, às entidades de classe, e a todos os que contribuíram, direta ou indiretamente, para a consecução dos nossos objetivos estratégicos e sociais.

Itaúna – MG, 11 de março de 2025.

A Administração

**Companhia de Tecidos Norte de Minas
COTEMINAS**

(em recuperação judicial)

Demonstrações contábeis intermediárias individuais e
consolidadas acompanhadas do Relatório do Auditor
Independente

Trimestre findo em 31 de março de 2024

CLA - Clifton Larson Allen Brasil Auditores
Independentes S/S.

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas. - em Recuperação Judicial

São Paulo - SP

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da **Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas. - em Recuperação Judicial ("Companhia")**, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os período de três meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance de Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

1. A Companhia incorreu em prejuízos consolidados de R\$ 212.258 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2024, apresentou saldo negativo do patrimônio líquido consolidado de R\$ 465.171 mil e o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 34.176 mil na controladora e R\$ 1.732.381 mil no consolidado, respectivamente.
Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, em 8 de maio de 2024, a Companhia comunicou ao mercado que ajuizou pedido de Recuperação Judicial, o qual foi deferido em 26 de julho de 2024. Nos termos da Lei nº 11.101/2005, a Companhia apresentou o plano de recuperação judicial em 26 de setembro de 2024, contendo o detalhamento dos meios de recuperação a serem empregados, a demonstração de sua viabilidade econômica e a avaliação dos seus bens e ativos. O referido plano de recuperação judicial inclui as alternativas para retomada das operações e geração de caixa. Atualmente, o plano ainda não foi aprovado pelos credores e encontra-se em fase de discussão, podendo ainda sofrer aperfeiçoamentos e mudanças até a realização da Assembleia Geral de Credores, que será oportunamente convocada em data ainda a ser definida pelo juiz responsável pela recuperação judicial.
2. No trimestre findo em 31 de março de 2024, a Companhia e suas controladas apresentaram indicação de que os valores contábeis dos seguintes ativos poderiam exceder seus valores recuperáveis líquidos: imobilizado, Intangível, direito de uso e partes relacionadas, cujos saldos consolidados, em 31 de março de 2024, montam a R\$ 565.447 mil, R\$ 34.587 mil, R\$ 113.772 mil e R\$ 245.717 mil, respectivamente. Entretanto, a Companhia e suas controladas não realizaram o teste de redução no valor recuperável (*impairment*) com premissas observáveis destes ativos, em 31 de março de 2024, como requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos". Devido à ausência de premissas observáveis no teste do valor recuperável, bem como considerando o cenário descrito no parágrafo anterior, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de se registrar eventuais perdas por redução ao valor recuperável nos referidos ativos, tampouco seus possíveis impactos nas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do período de três meses findo em 31 de março de 2024.
3. Conforme descrito na nota explicativa nº 28 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Companhia apresenta, em 31 de março de 2024, no consolidado, Custo dos produtos vendidos e custos com ociosidade no valor de R\$ 73.929 mil e R\$ 69.146 mil, respectivamente. Até a presente data, não nos foram disponibilizadas todas as informações atualizadas com detalhamentos e evidências suficientes e apropriadas para que pudéssemos determinar se algum ajuste seria necessário nas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do período de três meses findo em 31 de março de 2024.

4. Na controlada Springs, que por sua vez, consolida em suas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas a empresa Springs Global US – Inc. localizada nos Estados Unidos da América. Não foi factível realizar a revisão sobre este investimento, nem foram revisados por outros Auditores Independentes, dessa forma, não nos foi possível, nas circunstâncias, avaliar a razoabilidade dos saldos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas desse investimento no valor de R\$ 212.450 mil e o resultado de equivalência patrimonial no valor de R\$ 3.223 mil.
5. A Companhia possui investimentos diretos e indiretos na empresa Cantagalo General Grains S.A. localizada no Brasil, não foi factível realizar a revisão sobre este investimento, nem foram revisados por outros Auditores Independentes, dessa forma, não nos foi possível, nas circunstâncias, avaliar a razoabilidade dos saldos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas desses investimentos diretos e indiretos no valor total de R\$ 12.370 mil, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8.a. as informações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Considerando os aspectos acima descritos, esse conjunto de elementos e a sua pervasividade no contexto das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que inclusive remete a um cenário de múltiplas incertezas, não nos permitem neste momento reunir evidências apropriadas e suficientes para concluir sobre a adequação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, inclusive quanto ao pressuposto de continuidade e sua correspondente base para a elaboração em 31 de março de 2024.

Abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. Consequentemente, não expressamos conclusão sobre essas informações intermediárias individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado individuais e consolidadas

Fomos contratados, também, para revisar as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas", também não nos foi possível obter

evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa conclusão sobre essas demonstrações em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, comparativas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023 e sobre a abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

O exame das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2023 foi conduzido sobre a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria, relatório de auditoria com abstenção de opinião referente a (i) Plano de Recuperação Judicial, valor recuperável de ativos, liquidação de passivos e continuidade operacional (ii) Não reclassificação de parcelamentos tributários para o curto prazo, (iii) Não recebimento da totalidade das confirmações externas, (iv) Obrigações Sociais e Trabalhistas, (v) Estoques, Custos dos produtos vendidos e Custos de ociosidade e (vi) Investimento e obrigação com controladas – Diretas e Indiretas, em 13 de fevereiro de 2025.

A revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2023 foi conduzida sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de revisão sobre aquelas informações trimestrais, sem modificações, com ênfase sobre incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia, em 14 de novembro de 2023.

São Paulo, 19 de março de 2025.

CLA - Clifton Larson Allen Brasil Auditores Independentes S/S
CRC 2SP-048.811/O-0



Thiago Benazzi Arteiro
Contador CRC 1SP-273.332/O-9

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS – (em recuperação judicial)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

A T I V O S

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31.03.2024	31.12.2023	31.03.2024	31.12.2023
CIRCULANTE:					
Caixa e equivalentes de caixa	3	452	923	57.890	67.044
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	29.468	26.728
Duplicatas a receber	5	-	-	123.508	161.895
Arrendamentos financeiros a receber	11	-	-	16.189	15.687
Estoques	6.a	-	-	266.362	269.262
Adiantamentos a fornecedores	6.b	-	6	13.568	10.962
Impostos a recuperar	20.c	11.382	8.891	69.214	63.294
Valores a receber – clientes	7	13.575	478	26.290	10.785
Outros créditos a receber		3.967	4.773	12.343	11.008
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo circulante		29.376	15.071	614.832	636.665
		-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:					
Realizável a longo prazo:					
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	6.022	8.632
Valores a receber - clientes	7	8.881	-	12.538	3.466
Arrendamentos financeiros a receber	11	-	-	72.224	69.985
Impostos a recuperar	20.c	12.819	12.819	48.845	59.661
Impostos diferidos	20.b	-	-	38.122	38.122
Partes relacionadas	19	380.735	363.583	245.717	238.709
Imobilizado disponível para venda	10.b	30.000	616	44.183	27.686
Depósitos judiciais	21	8.170	8.170	28.778	28.704
Outros créditos e valores a receber		40.720	40.719	69.473	78.443
		-----	-----	-----	-----
		481.325	425.907	565.902	553.408
		-----	-----	-----	-----
Investimentos em controladas	8.a	134.157	154.107	-	-
Investimentos em coligadas	8.a	11.684	11.684	24.872	26.217
Propriedades para investimento	9	59.362	115.589	1.143.224	689.477
Outros investimentos	8.e	3.091	3.091	10.609	10.382
Imobilizado	10.a	5.892	5.895	565.447	666.853
Direitos de uso	11	-	-	113.772	111.685
Intangível	12	2	2	34.587	32.541
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo não circulante		695.513	716.275	2.458.413	2.090.563
		-----	-----	-----	-----
Total dos ativos		724.889	731.346	3.073.245	2.727.228
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS – (em recuperação judicial)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31.03.2024	31.12.2023	31.03.2024	31.12.2023
PASSIVOS					
CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	13	39.853	40.504	875.258	898.247
Debêntures	14	-	-	383.202	373.220
Fornecedores	15	2.310	3.519	374.083	344.869
Obrigações sociais e trabalhistas		2.755	2.289	189.750	138.751
Impostos e taxas		13.419	7.095	45.410	31.219
Concessões governamentais	16	-	-	246.372	242.201
Arrendamentos a pagar	17	-	-	50.601	49.867
Impostos devidos e parcelamentos	20.d	1.890	1.590	123.161	125.231
Outras contas a pagar		3.325	3.325	59.376	62.891
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo circulante		63.552	58.322	2.347.213	2.266.496
		-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	67.196	89.950
Concessões governamentais	16	-	-	31.193	19.337
Arrendamentos a pagar	17	-	-	172.350	167.737
Partes relacionadas	19	581.649	558.616	-	-
Impostos diferidos	20.b	18.225	25.397	270.191	136.739
Provisões diversas	21	13.972	13.972	153.901	112.467
Planos de aposentadoria e benefícios	22	-	-	109.862	106.459
Impostos devidos e parcelamentos	20.d	2.997	3.148	365.467	350.858
Obrigações com controladas	8.a.1	318.904	383.383	-	-
Outras obrigações		760	772	21.043	20.495
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo não circulante		936.507	985.288	1.191.203	1.004.042
		-----	-----	-----	-----
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:					
	18				
Capital realizado		882.236	882.236	882.236	882.236
Reserva de lucros		209.701	209.701	209.701	209.701
Ajustes de avaliação patrimonial		228.285	83.822	228.285	83.822
Ajustes acumulados de conversão		(43.265)	(52.559)	(43.265)	(52.559)
Prejuízos acumulados		(1.552.127)	(1.435.464)	(1.552.127)	(1.435.464)
		-----	-----	-----	-----
Total da participação dos acionistas controladores		(275.170)	(312.264)	(275.170)	(312.264)
		-----	-----	-----	-----
PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS					
NÃO CONTROLADORES					
	8.b	-	-	(190.001)	(231.046)
		-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido		(275.170)	(312.264)	(465.171)	(543.310)
		-----	-----	-----	-----
Total dos passivos e do patrimônio líquido		724.889	731.346	3.073.245	2.727.228
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.03.2024	31.03.2023	31.03.2024	31.03.2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	-	-	112.363	171.091
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	26	-	-	(73.929)	(114.343)
CUSTO DE OCIOSIDADE E OUTROS	26	-	-	(69.146)	(88.417)
		-----	-----	-----	-----
PREJUÍZO BRUTO		-	-	(30.712)	(31.669)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
De vendas	26	-	-	(52.303)	(58.123)
Gerais e administrativas	26	(1.197)	(2.955)	(29.898)	(38.238)
Honorários da administração	26	(680)	(633)	(5.030)	(5.445)
Equivalência patrimonial	8.a	(109.211)	(138.506)	(1.345)	(8.938)
Outras, líquidas		(455)	1.347	(18.069)	(22.639)
		-----	-----	-----	-----
RESULTADO OPERACIONAL		(111.543)	(140.747)	(137.357)	(165.052)
Despesas financeiras - juros e encargos		(23.524)	(25.590)	(71.236)	(95.617)
Juros sobre arrendamentos	17	-	-	(848)	(2.567)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(2.739)	(1.312)	(23.587)	(23.096)
Receitas financeiras		12.605	13.346	19.465	22.351
Variações cambiais, líquidas		1.383	(1.023)	(5.137)	(3.039)
		-----	-----	-----	-----
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(123.818)	(155.326)	(218.700)	(267.020)
Provisão para imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	20.a	-	-	(730)	(871)
Diferido	20.a	7.172	59	7.172	8
		-----	-----	-----	-----
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		(116.646)	(155.267)	(212.258)	(267.883)
		=====	=====	=====	=====
ATRIBUÍDO A:					
Participação dos acionistas controladores				(116.646)	(155.267)
Participação dos acionistas não-controladores	8.b			(95.612)	(112.616)
				-----	-----
				(212.258)	(267.883)
				=====	=====
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	27	(3,8074)	(5,0680)		
		=====	=====		

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS – COTEMINAS – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2024	31.03.2023	31.03.2024	31.03.2023
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(116.646)	(155.267)	(212.258)	(267.883)
Outros resultados abrangentes:				
- Itens que irão impactar o resultado:				
Variação cambial de investimentos no exterior	9.294	(986)	17.406	(1.506)
Avaliação inicial de propriedades para investimento	144.463	-	273.008	-
	-----	-----	-----	-----
	153.757	(986)	290.414	(1.506)
- Itens que não irão impactar o resultado:				
Perda atuarial em planos de aposentadoria	-	(3)	-	(5)
	-----	-----	-----	-----
	-	(3)	-	(5)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	37.111	(156.256)	78.156	(269.394)
	=====	=====	=====	=====
ATRIBUÍDO A:				
Participação dos acionistas controladores			37.111	(156.256)
Participação dos acionistas não-controladores			41.045	(113.138)
			-----	-----
			78.156	(269.394)
			=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS – COTEMINAS – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Reserva de lucros Incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros (prejuízos) Acumulados	Total da par- ticipação dos acionistas controladores	Participação dos acio- nistas não- controladores	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	882.236	209.701	105.956	(31.960)	(769.383)	396.550	327.859	724.409
Resultado abrangente:								
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	(155.267)	(155.267)	(112.616)	(267.883)
Variação cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	-	(401)	-	(401)	-	(401)
Reflexo de controladas e coligadas-								
Variação cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	-	(585)	-	(585)	(520)	(1.105)
Perda atuarial em planos de aposentadoria	-	-	(3)	-	-	(3)	(2)	(5)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total do resultado abrangente	-	-	(3)	(986)	(155.267)	(156.256)	(113.138)	(269.394)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023	882.236	209.701	105.953	(32.946)	(924.650)	240.294	214.721	455.015
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS – COTEMINAS – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2024

(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Reserva de lucros Incentivos Fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos Acumulados	Total da par- ticipação dos acionistas controladores	Participação dos acio- nistas não- controladores	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	882.236	209.701	83.822	(52.559)	(1.435.464)	(312.264)	(231.046)	(543.310)
Resultado abrangente:								
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	(116.646)	(116.646)	(95.612)	(212.258)
Variação cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	-	178	-	178	-	178
Reflexo de controladas e coligadas-								
Variação cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	-	9.116	-	9.116	8.112	17.228
Avaliação inicial em propriedades para investimento (nota 9)	-	-	144.463	-	-	144.463	128.545	273.008
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total do resultado abrangente	-	-	144.463	9.294	(116.646)	37.111	41.045	78.156
Distribuição aos acionistas:								
Perda de participação reflexa de ações em tesouraria em controladas	-	-	-	-	(17)	(17)	-	(17)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total da distribuição aos acionistas	-	-	-	-	(17)	(17)	-	(17)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024	882.236	209.701	228.285	(43.265)	(1.552.127)	(275.170)	(190.001)	(465.171)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS – COTEMINAS – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2024	31.03.2023	31.03.2024	31.03.2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do período	(116.646)	(155.267)	(212.258)	(267.883)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do período ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	3	3	20.970	26.200
Equivalência patrimonial	109.211	138.506	1.345	8.938
Imposto de renda e contribuição social	(6.442)	(59)	(6.442)	863
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(678)	-
Resultado na alienação de imobilizado	(21.362)	-	(48.498)	(449)
Provisão para perdas com ativos	26.227	-	25.744	20.769
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	41.459	-
Variações monetárias	-	-	952	1.700
Variações cambiais	(1.383)	1.023	5.137	3.039
Juros, encargos e comissões	13.662	12.887	84.366	92.762
Juros sobre arrendamentos	-	-	848	2.567
	3.270	(2.907)	(87.055)	(111.494)
Variações nas contas de ativos e passivos				
Títulos e valores mobiliários	-	2.581	907	6.053
Duplicatas a receber	-	-	27.099	60.687
Estoques	-	-	2.410	19.459
Adiantamentos a fornecedores	6	-	(2.634)	4.750
Impostos a recuperar	(2.491)	(2.311)	4.877	456
Fornecedores	(1.208)	341	24.529	27.768
Outros	6.003	6.597	74.658	50
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais antes dos juros e impostos	5.580	4.301	44.791	7.729
Juros pagos	(1.876)	(4.205)	(10.712)	(26.307)
Comissões e encargos pagos sobre empréstimos	(1.989)	(725)	(6.580)	(11.338)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos	1.715	(629)	27.499	(29.916)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de investimentos permanentes	-	-	-	(46)
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(1.986)	(2.724)
Aquisição de ativo intangível	-	-	(150)	-
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	-	-	829	3.523
Empréstimos entre partes relacionadas	(1.590)	48.222	(8.171)	30.173
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades de investimento	(1.590)	48.222	(9.478)	30.926

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS – COTEMINAS – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2024	31.03.2023	31.03.2024	31.03.2023
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Ingresso de novos empréstimos, líquido de encargos antecipados	1.088	86	13.907	95.552
Liquidação de empréstimos	(1.684)	(47.718)	(47.436)	(181.532)
Liquidação de arrendamentos	-	-	(4.248)	(8.985)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(596)	(47.632)	(37.777)	(94.965)
	-----	-----	-----	-----
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controladas no exterior	-	-	10.602	7.602
	-----	-----	-----	-----
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	(471)	(39)	(9.154)	(86.353)
	=====	=====	=====	=====
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do período	923	351	67.044	253.803
No fim do período	452	312	57.890	167.450
	-----	-----	-----	-----
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	(471)	(39)	(9.154)	(86.353)
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS – COTEMINAS – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2024</u>	<u>31.03.2023</u>	<u>31.03.2024</u>	<u>31.03.2023</u>
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	129.306	201.000
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	678	-
Resultado na alienação de imobilizado	21.362	-	48.498	449
	-----	-----	-----	-----
	21.362	-	178.482	201.449
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(52.972)	(81.456)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	2.451	(791)	(112.698)	(111.827)
Provisão para perdas com ativos	(26.227)	-	(25.744)	(20.769)
	-----	-----	-----	-----
	(23.776)	(791)	(191.414)	(214.052)
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) BRUTO	-----	-----	-----	-----
	(2.414)	(791)	(12.932)	(12.603)
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	(3)	(3)	(20.970)	(26.200)
	-----	-----	-----	-----
	(3)	(3)	(20.970)	(26.200)
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	-----	-----	-----	-----
	(2.417)	(794)	(33.902)	(38.803)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA				
Equivalência patrimonial	(109.211)	(138.506)	(1.345)	(8.938)
Receitas financeiras	12.605	13.346	19.465	22.351
Variação cambial ativa	4.025	4.403	4.762	3.780
Royalties	-	-	4.316	4.957
	-----	-----	-----	-----
	(92.581)	(120.757)	27.198	22.150
VALOR ADICIONADO TOTAL A RETER	-----	-----	-----	-----
	(94.998)	(121.551)	(6.704)	(16.653)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	=====	=====	=====	=====
Remuneração do trabalho	402	1.257	86.388	96.578
Impostos, taxas e contribuições	(4.919)	1.444	22.303	40.374
Remuneração de capitais de terceiros	26.165	31.015	96.863	114.278
Remuneração de capitais próprios	(116.646)	(155.267)	(212.258)	(267.883)
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO RETIDO	-----	-----	-----	-----
	(94.998)	(121.551)	(6.704)	(16.653)
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS – (em recuperação judicial)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 31 DE MARÇO DE 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS (em recuperação judicial) ("Companhia") é uma companhia aberta, controlada pela Wembley S.A., sediada na avenida Lincoln Alves dos Santos, número 955, em Montes Claros - MG, e tem por objeto social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob os códigos "CTNM3" e "CTNM4".

A Companhia é controladora da Springs Global Participações S.A. (em recuperação judicial) ("SGPSA"), que é controladora da Coteminas S.A. (em recuperação judicial) ("CSA") e da Springs Global US, Inc. ("SGUS"), companhias que concentram as atividades industriais na área de artigos de cama e banho, anteriormente desenvolvidas pela Companhia e pela Springs Industries, Inc. ("SI") respectivamente.

Em 30 de abril de 2009, a controlada SGPSA iniciou as atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca MMartan e, posteriormente, em outubro de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo, com essas duas bandeiras, são operadas pela controlada indireta AMMO VAREJO S.A. (em recuperação judicial) ("AMMO").

A Companhia é controladora da O4D Comércio e Participações S.A. e da Oxford Comércio e Participações S.A. (em recuperação judicial), que é controladora da Companhia Tecidos Santanense (em recuperação judicial) ("CTS"), uma companhia aberta que tem por objeto social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos para o vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho.

A Companhia e suas controladas têm apresentado em suas demonstrações financeiras consolidadas, despesas financeiras que foram agravadas pelo forte crescimento das taxas de juros desde o 4º trimestre de 2021. A Companhia e suas controladas estavam honrando seus compromissos financeiros com bancos e instituições financeiras, contudo tiveram uma forte redução de seu capital de giro o que impactou em suas atividades operacionais, resultando na paralização das atividades industriais no segundo semestre de 2023 e conseqüentemente, redução do seu quadro de funcionários.

A Companhia e suas controladas, em período anterior ao pedido de recuperação judicial, despenderam esforços para repactuação de seu passivo financeiro e para a realização de alguns imóveis, direitos creditórios e investimentos, cujos recursos foram destinados exclusivamente à liquidação de passivos e a manutenção de seu custeio.

Em 2 de abril de 2024, a controlada SGPSA divulgou fato relevante onde informa a consolidação do parque fabril da controlada indireta CSA com a desativação de duas plantas industriais e conseqüentemente a disponibilização dessas plantas para venda ou arrendamento. Os impactos contábeis dessas medidas já estão refletidos nestas demonstrações contábeis intermediárias. Vide nota explicativa nº 9.5 e 9.6 - Propriedades para Investimento.

Recuperação Judicial

Em 8 de maio de 2024 - A Companhia e suas controladas comunicaram ao mercado que receberam, no final da semana anterior, notificação enviada por ODERNES Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("ODERNES") para elas, a controlada indireta CSA e outras empresas do grupo, em que alegava vencimento antecipado da dívida representada pelas debêntures emitidas pela controlada indireta AMMO em 30 de maio de 2022 e como suposta consequência do vencimento antecipado, ODERNES pretendia executar as ações de emissão da controlada indireta AMMO, de titularidade da controlada indireta CSA e ainda que fossem transferidas em seguida a totalidade dessas ações para a empresa Jericoacoara Participações S.A. por valor irrisório.

A controlada indireta CSA, por sua vez, contranotificou ODERNES informando não ter se configurado o vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, muito menos a possibilidade de serem executadas as ações da controlada indireta AMMO ou a transferência de tais ações para qualquer outra empresa.

Adicionalmente, conforme já amplamente informado, desde o fim da pandemia, as Companhias vêm tendo seus negócios negativamente impactados pela combinação de fatores adversos que acarretaram dificuldades financeiras.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos da Companhia e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, as Companhias obtiveram deferimento, em sede liminar, do pedido de recuperação judicial, para si e outras empresas do grupo.

Em 26 de julho de 2024, após procedimento de constatação prévia, foi deferido o processamento da Recuperação Judicial em despacho de 25 de julho de 2024.

O quadro abaixo demonstra a composição dos passivos da Companhia incluídos no pedido de Recuperação Judicial, avaliados na data do pedido:

Classe de crédito (lei 11.101/2005)	Controladora	Consolidado
Trabalhista	1.723	128.076
Garantia Real	-	379.063
Quirografário	2.479	538.094
ME e EPP	-	10.733
Não sujeito	10.418	667.850
Fiscal	8.619	506.100
	-----	-----
	23.239	2.229.916
	=====	=====

Em 26 de setembro de 2024, a Companhia e demais empresas do Grupo apresentaram seu Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") nos autos do respectivo processo e conforme art. 53 da Lei nº 11.101/2005. As principais medidas previstas no PRJ envolvem: (i) reestruturação do passivo das companhias, (ii) alienação de bens e constituição de unidades produtivas isoladas, (iii) distribuição aos Credores de parte dos resultados líquidos auferidos na venda de ativos e unidades produtivas isoladas; (iv) possibilidade de captação de novos recursos pelas companhias para a implementação da retomada operacional; e (v) a preservação de investimentos essenciais para a manutenção das atividades das companhias, além da (vi) criação de fundo de investimento imobiliário (FII) para fins de dação em pagamento das respectivas cotas para fins de pagamento de parte dos credores.

A Companhia vem avançando nas negociações com seus credores e providenciando os documentos relacionados ao seu PRJ no intuito de possível realização da assembleia geral de credores ("AGC") em 2025. No entanto, até a divulgação destas demonstrações contábeis intermediárias, os termos finais do PRJ, assim como de eventuais acordos de apoio ao plano, entre a Companhia e seus principais credores financeiros, ainda se encontram em tratativas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 19 de março de 2025.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis intermediárias individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”), elaboradas, simultaneamente, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, bem como as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicadas às informações trimestrais - ITR.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de março de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajustes acumulados de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do período como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros

resultados abrangentes ("FVOCI") e ao custo amortizado.

i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários referentes a fundos de investimento em instrumentos patrimoniais são classificados como ativos financeiros, não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação

duvidosa.

A Companhia adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos a mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas e coligadas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas e coligadas sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajustes acumulados de conversão" no patrimônio líquido, também demonstrado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos, exceto quando atendem os critérios para capitalização.

(l) Propriedades para investimento--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e incluem os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes líquidas dos efeitos tributários, e a partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do período.

(m) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos. A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Usinas	15 a 35 anos
Móveis, utensílios e outros	5 a 10 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(n) Direito de uso--A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, ajustado a valor presente. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

(o) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais, propriedade intelectual (desenvolvimento de software) e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(p) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Os bens do imobilizado, os intangíveis, os estoques e outros ativos circulantes e não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do período. As perdas com esses ativos reconhecidas em outros períodos, poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado (exceto ágio apurado em investimentos). A reversão é reconhecida no resultado do período e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(q) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 24% a 35%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(r) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(s) Arrendamentos a pagar--A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

(t) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(u) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em "Ajustes de avaliação patrimonial" quando incorridos.

(v) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(w) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes acumulados de conversão".

(x) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(y) Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA")--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias.

(z) Acionistas controladores e não controladores--Nas demonstrações contábeis intermediárias, "acionistas controladores" representam todos os acionistas da Companhia e "não controladores" representam a participação dos acionistas minoritários nas controladas da Companhia.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis intermediárias incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ativos financeiros (notas explicativas nº 2.2.c, nº 5 e nº 7), seleção da vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.2.m e nº 10), estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros (notas explicativas nº 2.2.p, nº 6, nº 10, nº 11 e nº 12), valor justo de propriedades para investimento (notas explicativas nº 2.2.l e nº 9), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.2.t e nº 21), provisões para impostos sobre a renda (notas explicativas nº 2.2.q e nº 20), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) (notas explicativas nº 2.2.b e nº 23) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros (nota explicativa nº 23.d.5), retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais (notas explicativas nº 2.2.u e nº 22). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as demonstrações contábeis intermediárias da controladora e das seguintes empresas controladas:

	Participação direta e indireta no capital total - %	
	31.03.2024	31.12.2023
Coteminas International Ltd	100,00	100,00
Coteminas (Sucursal Argentina)	100,00	100,00
Springs Global Participações S.A. – em recuperação judicial	52,92	52,92
Oxford Comércio e Participações S.A. – em recuperação judicial	99,92	99,92
O4D Comércio e Participações S.A.	63,37	63,37
Companhia Tecidos Santanense – em recuperação judicial	56,51	56,51

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros ou prejuízos não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação. O efeito da variação cambial sobre os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajustes acumulados de conversão”. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora. Foi destacada, do patrimônio líquido e do resultado, a participação dos acionistas não controladores.

A controlada SGPSA, controladora da CSA e SGUS, das quais possui 100% do capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

A controlada Oxford, controladora da CTS com 54,48% de seu capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

As demonstrações contábeis intermediárias das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Dólar vigente em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, para as contas do balanço patrimonial e o resultado foi convertido pelas taxas mensais.

	2024	2023	Variação
Taxa fechamento:			
31 de dezembro	-	4,8413	-
31 de março	4,9962	5,0804	-1,7%
Taxa média:			
31 de março (3 meses)	4,9777	5,1292	-3,0%

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

a) Os pronunciamentos contábeis do IASB abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Impactos</u>
Emenda IAS 1 – Classificação de passivos como circulante e não circulante e Revisão de Pronunciamento Técnico nº 26 – Apresentação das demonstrações contábeis.	As alterações visam promover a consistência na aplicação dos requisitos, ajudando as empresas a determinar se, na demonstração da posição financeira, a dívida e outros passivos com data de liquidação incerta devem ser classificados como circulantes (vencidos ou potencialmente exigíveis dentro de um ano).	Vide nota explicativa nº 13 às demonstrações contábeis intermediárias

b) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória em 2026 e 2027. Todavia, foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Norma IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade	Em atenção à Resolução CVM nº 193/2023, visa exigir que uma entidade divulgue informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade que sejam úteis para os usuários principais de relatórios financeiros para fins gerais na tomada de decisões relacionadas com o fornecimento de recursos à entidade.	Adoção obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Estamos avaliando os impactos da norma para atendimento conforme prazo definido na mesma.
Norma IFRS S2 – Divulgações relacionadas ao clima	Em atenção à Resolução CVM nº 193/2023, visa estabelecer os requisitos para identificar, mensurar e divulgar informações sobre riscos e oportunidades relacionados com o clima que sejam úteis para os usuários principais de relatórios financeiros para fins gerais na tomada de decisões relacionadas com o fornecimento de recursos à entidade.	Adoção obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Estamos avaliando os impactos da norma para atendimento conforme prazo definido na mesma.
Norma IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras	As alterações visam promover a consistência na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, fornecendo aos investidores uma melhor base para analisar e comparar o desempenho das empresas. As principais alterações da norma são: (i) Novas categorias e subtotais no DRE: operacional, investimento e financiamento; (ii) Divulgação em notas explicativas sobre métricas não GAAP (EBITDA); e (iii) Apresentação das despesas operacionais especificadas por natureza.	Adoção obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Estamos avaliando os impactos da norma para adoção antecipada ou atendimento conforme prazo definido na mesma.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2024	31.12.2023	31.03.2024	31.12.2023
Operações compromissadas (*)	122	770	12.296	24.972
Cambiais no exterior (US\$)	-	-	-	-
Depósitos no exterior	-	-	32.481	27.567
Depósitos em contas correntes	54	70	7.609	9.954
Bloqueios judiciais	276	83	5.504	4.551
	-----	-----	-----	-----
	452	923	57.890	67.044
	=====	=====	=====	=====

(*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 100% a 110% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Interbancários - CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	31.03.2024	31.12.2023
Fundo de investimento - (US\$)	28.953	26.229
Depósito restrito (1)	515	499
Fundo de reserva (2)	6.022	8.632
	-----	-----
	35.490	35.360
Circulante	(29.468)	(26.728)
	-----	-----
Não circulante	6.022	8.632
	=====	=====

(1) Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a controladora e a controlada SGPSA não possuíam depósitos restritos em instituições financeiras, e a controlada indireta SGUS possuía R\$515, equivalente a US\$103 mil (R\$499, equivalente a US\$102 mil em 31 de dezembro de 2023) na condição de "Compensating balance arrangement".

(2) Valor referente ao fundo de reserva da 5ª emissão de debêntures da controlada indireta CSA, equivalentes a 3 parcelas futuras. Vide nota explicativa nº14 às demonstrações contábeis intermediárias.

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	31.03.2024	31.12.2023
Cientes no mercado interno	123.722	161.511
Cientes no mercado externo	54.303	55.062
Operadoras de cartão de crédito	2.154	2.595
	-----	-----
	180.179	219.168
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(56.671)	(57.273)
	-----	-----
	123.508	161.895
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 115 dias (86 dias em 31 de dezembro de 2023). O saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A composição das duplicatas a receber consolidada por idade de vencimento foi apresentada nas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Não houve mudança significativa na composição das duplicatas a receber por idade de vencimento durante o trimestre findo em 31 de março de 2024.

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa consolidada é como segue:

	31.03.2024	31.12.2023
Saldo no início do período	(57.273)	(55.681)
Adições	-	(1.876)
Baixas	678	100
Variação cambial	(76)	184
	-----	-----
Saldo no final do período	(56.671)	(57.273)
	=====	=====

Considerando as informações subsequentes a 31 de março de 2024, até a divulgação das demonstrações contábeis intermediárias, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

6. ESTOQUES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

a. Estoques

	Consolidado	
	31.03.2024	31.12.2023
Matérias-primas e secundários	56.791	54.032
Produtos em elaboração	73.111	74.130
Produtos acabados	79.850	85.720
Peças de reposição	56.610	55.380
	-----	-----
	266.362	269.262
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos dos saldos das provisões para perdas. As controladas operacionais avaliam a realização dos estoques anualmente ou sempre que houver indicativos de prováveis perdas.

Os grupos de estoques de matérias-primas, secundários e produtos em elaboração possuem um baixo risco de perda, pois a conversão em produto acabado pode ser administrada. O grupo de estoque de produtos acabados é avaliado pela sua rentabilidade, e principalmente aqueles estoques considerados descontinuados e obsoletos.

Em 31 de março de 2024, não foram identificadas potenciais perdas esperadas na realização desses estoques. Os custos de ociosidade, quando ocorrem, são reconhecidos diretamente no resultado do período e não são considerados no custo de produção.

A movimentação da provisão para perdas consolidada é como segue:

	Matérias-primas e secundários	Produtos acabados	Peças de reposição	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(651)	(10.941)	(1.221)	(12.813)
(Adições) baixas	(897)	3.556	6	2.665
Variação cambial	33	2	-	35
	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de março de 2024	(1.515)	(7.383)	(1.215)	(10.113)
	=====	=====	=====	=====

	Matérias-primas e secundários	Produtos acabados	Peças de reposição	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.719)	(23.764)	(1.474)	(26.957)
(Adições) baixas	(134)	(40)	-	(174)
Variação cambial	216	5	-	221
	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de março de 2023	(1.637)	(23.799)	(1.474)	(26.910)
	=====	=====	=====	=====

b. Adiantamentos a fornecedores

Referem-se substancialmente a pagamentos efetuados pela controladora indireta à fornecedores de algodão, repassados para as controladas operacionais a preço de mercado, entre outros adiantamentos, e serão entregues como segue:

Ano	Consolidado	
	31.03.2024	31.12.2023
2024	13.568 =====	10.962 =====

7. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2024	31.12.2023	31.03.2024	31.12.2023
Clientes em recuperação judicial (a)	-	-	1.328	1.289
Parcelamento de créditos com clientes (b)	-	-	10.355	8.494
Financiamento no repasse de lojas (c)	-	-	288	384
Venda de imóveis (d) (e)	21.978	-	23.433	912
Outros	478	478	3.424	3.172
	-----	-----	-----	-----
	22.456	478	38.828	14.251
Circulante	(13.575)	(478)	(26.290)	(10.785)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	8.881	-	12.538	3.466
	=====	=====	=====	=====

(a) Pagamentos semestrais crescentes com correção de 2% a 12% a.a., com vencimento final em dezembro/2027. Em 31 de março de 2024, o saldo apresentado está líquido de provisão para perda no valor de R\$2.127 (R\$2.127 em 31 de dezembro de 2023).

(b) Pagamento em até 90 parcelas mensais com juros de 0,50% a 2,00% ao mês. Em 31 de março de 2024, os recebíveis estão deduzidos de provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$2.685 (R\$2.685 em 31 de dezembro de 2023).

(c) Financiamento de repasses de lojas para franqueados, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M.

(d) Pagamento em até 20 parcelas mensais com juros de 0,5% ao mês e atualização pelo IPCA e/ou SELIC.

(e) Em março de 2024, a Companhia realizou um acordo extrajudicial com o Município de Blumenau e com o Banco Bradesco, para desapropriação de imóvel da Companhia, com recebimento no montante de R\$21.978, a ser realizado da seguinte forma: (i) R\$11.257 em 20 parcelas, com primeiro vencimento em Abril de 2024, que serão depositados judicialmente à Justiça do Trabalho de Blumenau para quitação de verbas trabalhistas da controlada indireta CSA (ii) R\$1.965 em 4 parcelas, com primeiro vencimento em Abril de 2024, que abaterá parcelas atrasadas do empréstimo da controlada SGPSA (Finep) e (iii) R\$8.756 em 16 parcelas, com primeiro vencimento em Agosto de 2024, que serão destinados a um fundo de reservas para quitação deste empréstimo da controlada SGPSA.

Considerando as informações subsequentes a 31 de março de 2024, até a divulgação das demonstrações contábeis intermediárias, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

a. Participação dos acionistas controladores:

	Patrimônio	Partici-	Resultado	Total dos		Resultado de equivalência	
	líquido	pação	do	investimentos		patrimonial	
		- %	período	31.03.2024	31.12.2023	31.03.2024	31.03.2023
Investimentos em controladas:							
Springs Global Participações S.A. (1)	(602.662)	52,92	(168.379)	-	-	(89.100)	(112.209)
Oxford Comércio e Participações S.A.	95.220	99,92	(20.831)	95.148	115.980	(20.815)	(16.263)
O4D Comércio e Participações S.A.	44.466	63,37	1.266	28.178	27.376	802	776
Coteminas International Ltd.	7.143	100,00	701	7.143	6.264	701	(1.740)
Companhia Tecidos Santanense	178.144	2,07	(38.622)	3.688	4.487	(799)	(629)
Coteminas (Sucursal Argentina) (1)	(3)	100,00	-	-	-	-	-
				-----	-----	-----	-----
Total de controladas				134.157	154.107	(109.211)	(130.065)
				=====	=====	=====	=====
Investimentos em coligadas (direto):							
Cantagalo General Grains S.A.	40.810	28,63	-	11.684	11.684	-	(8.441)
				-----	-----	-----	-----
Total de coligadas (direto)				11.684	11.684	-	(8.441)
Total Controladora						(109.211)	(138.506)
						=====	=====
Investimentos em coligadas (indireto):							
Cantagalo General Grains S.A.	40.810	1,68	-	686	686	-	(497)
A11I Tecnologia S.A.	12.322	48,0	(2.803)	12.502	13.847	(1.345)	-
				-----	-----	-----	-----
Total de coligadas – Consolidado				24.872	26.217	(1.345)	(8.938)
				-----	-----	-----	-----

(1) Em 31 de março de 2024, o patrimônio líquido das controladas diretas SGPSA e Sucursal Argentina apresentavam saldo devedor de R\$602.662 e R\$3, respectivamente. Os passivos equivalentes de R\$318.901 e R\$3 em 31 de março de 2024 (R\$383.380 e R\$3 em 31 de dezembro de 2023) foram apresentados na rubrica "Obrigações com controladas", no passivo não circulante.

b. Participação dos acionistas não controladores nas controladas:

	Patrimônio líquido	Partici- pação - %	Resultado do período	Participação dos acionistas não controladores			
				Nos patrimônios das controladas		Nos resultados das controladas	
				31.03.2024	31.12.2023	31.03.2024	31.03.2023
Springs Global Participações S.A.	(602.662)	47,08	(168.379)	(283.761)	(341.139)	(79.273)	(99.843)
Oxford Comércio e Participações S.A.	95.220	0,08	(20.931)	72	88	(116)	(12)
O4D Comércio e Participações S.A.	44.466	36,63	1.266	16.288	15.824	464	448
Companhia Tecidos Santanense	178.144	29,25	(38.622)	77.400	94.181	(16.681)	(13.209)
				-----	-----	-----	-----
Total dos acionistas não controladores				(190.001)	(231.046)	(95.612)	(112.616)
				=====	=====	=====	=====

c. Informações complementares sobre os investimentos em coligadas:

	Cantagalo General Grains S.A. (1)		A11I Tecnologia S.A. (2)	
	31.03.2024	31.12.2023	31.03.2024	31.12.2023
Ativos circulantes	12.776	12.776	6.471	4.350
Ativos não circulantes	264.941	264.941	7.208	7.225
Total dos ativos	277.717	277.717	13.679	11.575
Passivos circulantes	177.911	177.911	1.357	7
Passivos não circulantes	58.996	58.996	-	-
Total dos passivos	236.907	236.907	1.357	7
Patrimônio líquido – Controladora	40.810	40.810	12.322	11.568
Receita líquida (3 meses)	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) do período – Controladora	-	(23.679)	(2.803)	-

(1) Cantagalo General Grains S.A. -- A Cantagalo General Grains S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Magalhaes de Castro, 4.800, 11º andar, sala 2, cidade de São Paulo - SP, constituída em 25 de outubro de 2010 com o objetivo de cultivo de soja, milho, algodão e outros cereais; produção de sementes certificadas, produção de sementes em geral, mudas e outras formas de propagação vegetal certificadas; serviços de preparação de terreno, cultivo e colheita; fabricação de fertilizantes; comércio nos mercados interno e externo (importação e exportação) de produtos agrícolas, especialmente grãos vegetais e seus derivados, de fertilizantes, suas matérias-primas e seus subprodutos, além de defensivos agrícolas entre outras atividades congêneres. Possui investimentos em controladas e controladas em conjunto, na Tropical Empreendimentos e Participações Ltda., Siqueira Empreendimentos e Participações Ltda. e CGG Trading S.A.

(2) A11I Tecnologia S.A. -- A coligada tem por objeto social: (i) atividades relacionadas a análise, desenvolvimento, produção, licenciamento e cessão de programas de computador sob encomenda; (ii) suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computador e acesso à internet por provedores; (iii) assessoria e consultoria em informática e (iv) participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior. O Patrimônio Líquido da coligada indireta está deduzido de Capital Social a Integralizar pelos demais acionistas, no montante de R\$13.725, que será integralizado em até 36 meses após a 1ª integralização (Outubro de 2023). A controlada indireta AMMO integralizou em 2023 a totalidade do capital subscrito com ativos.

d. Movimentação dos investimentos em controladas (obrigações com controladas) e coligadas:

<u>Controladas</u>	Springs Global Participa- ções S.A.	Oxford Comércio e Participa- ções S.A.	O4D Comércio e Participa- ções S.A.	Coteminas Internatio- nal Ltd.	Companhia Tecidos Santanense	Coteminas (Sucursal Argentina)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	115.980	27.376	6.264	4.487	-	154.107
Equivalência patrimonial	-	(20.815)	802	701	(799)	-	(20.111)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	-	-	-	178	-	-	178
Ações em tesouraria	-	(17)	-	-	-	-	(17)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de março de 2024	-	95.148	28.178	7.143	3.688	-	134.157
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Obrigações com controladas

Saldo em 31 de dezembro de 2023	(383.380)	-	-	-	-	(3)	(383.383)
Equivalência patrimonial	(89.100)	-	-	-	-	-	(89.100)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	9.116	-	-	-	-	-	9.116
Ajustes de avaliação patrimonial	144.463	-	-	-	-	-	144.463
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de março de 2024	(318.901)	-	-	-	-	(3)	(318.904)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

<u>Controladas</u>	Springs Global Participa- ções S.A.	Oxford Comércio e Participa- ções S.A.	O4D Comércio e Participa- ções S.A.	Coteminas Internatio- nal Ltd.	Companhia Tecidos Santanense	Coteminas (Sucursal Argentina)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	200.376	166.626	24.504	17.915	6.445	(16)	415.850
Equivalência patrimonial	(112.209)	(16.263)	776	(1.740)	(629)	-	(130.065)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(587)	2	-	(404)	-	3	(986)
Ajustes de avaliação patrimonial	(3)	-	-	-	-	-	(3)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de março de 2023	87.577	150.365	25.280	15.771	5.816	(13)	284.796
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

<u>Coligadas</u>	Direta	Indireta	
	Cantagalo General Grains S.A.	Cantagalo General Grains S.A.	A111 Tecnologia S.A.
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.684	686	13.847
Equivalência patrimonial	-	-	(1.345)
	-----	-----	-----
Saldo em 31 de março de 2024	11.684	686	12.502
	=====	=====	=====

<u>Coligadas</u>	Direta	Indireta
	Cantagalo General Grains S.A.	Cantagalo General Grains S.A.
Saldo em 31 de dezembro de 2022	36.408	2.142
Equivalência patrimonial	(8.441)	(497)
Saldo em 31 de março de 2023	27.967	1.645
	=====	=====

e. Outros investimentos:

Investimentos da SGUS

Em 31 de março de 2024, a controlada indireta SGUS possui investimento na Keeco, Inc., no valor de R\$7.342, equivalentes a US\$1.469, contabilizado a valor de custo na rubrica "Outros investimentos" no ativo não circulante (R\$7.114, equivalentes a US\$1.469, em 31 de dezembro de 2023). Considerando as informações subsequentes a 31 de março de 2024, até a divulgação das demonstrações contábeis intermediárias, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

9. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Os saldos consolidados das propriedades para investimento são conforme segue:

	Imóveis para renda				Imóveis para valorização			Total
	Complexo comercial SGA (1)	Complexo residencial SGA (2)	Terrenos para loteamento (3)	Imóvel Vinhedo (4) (a)	Imóveis Montes Claros (5)	João Pessoa (6)	Terreno Montes Claros (7)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	382.770	49.382	78.010	-	63.726	-	115.589	689.477
Baixas	(136)	-	-	-	-	-	-	(136)
Avaliação inicial a valor justo (b)	-	-	-	-	255.899	157.749	-	413.648
Transferências do Imobilizado	-	-	-	-	50.179	46.283	-	96.462
Transferências para o Disponível para venda (c)	-	-	-	-	-	-	(56.227)	(56.227)
Saldos em 31 de março de 2024	382.634	49.382	78.010	-	369.804	204.032	59.362	1.143.224
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(a) Valores reclassificados para o balanço consolidado. Vide nota explicativa nº 10 às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valores lançados como ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, deduzido de impostos.

(c) Em março de 2024, a Companhia disponibilizou o imóvel para venda. Vide maiores detalhes nas notas explicativas nº10.b.1 – Imobilizado Disponível para venda.

	Imóveis para renda			Imóveis para valorização			Total
	Complexo comercial	Complexo residencial	Terrenos para loteamento	Imóvel Acreúna (*)	Imóveis Montes Claros	Terreno Montes Claros	
	SGA (1)	SGA (2)	(3)	(*)	(5)	(7) (a)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	380.525	49.135	77.670	30.380	67.087	113.850	718.647
Adições	16	30	-	-	-	-	46
Baixas	-	-	-	-	(3.259)	-	(3.259)
Baixa (variação do valor justo)	-	-	-	-	150	-	150
Transferências	(32)	32	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2023	380.509	49.197	77.670	30.380	63.978	113.850	715.584
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Em 31 de dezembro de 2023, a controlada indireta CSA disponibilizou o imóvel para venda. Vide maiores detalhes nas notas explicativas nº10.b.4 – Imobilizado Disponível para venda.

As avaliações são efetuadas por especialistas em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo de todos os imóveis e, a diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado, líquido dos efeitos tributários, foi registrada em “Outros resultados abrangentes”, na categoria de itens que não afetarão o resultado no caso de avaliação inicial ao valor justo e no resultado do período quando apurada variação do valor justo a partir da segunda mensuração.

1) Complexo comercial SGA: Trata-se de um complexo comercial de 319,7 mil m², denominado Centro Comercial Seridó, onde 122,2 mil m² já foram desenvolvidos e arrendados. No primeiro trimestre de 2024, os valores de receita por arrendamento foram de R\$2.161 (R\$2.981 no primeiro trimestre de 2023).

Os valores apurados foram os seguintes:

	31.03.2024	31.12.2023
Custo residual do imóvel	112.050	112.186
Mais valia apurada (a)	270.584	270.584
Valor justo (b)	382.634	382.770
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$91.998 (R\$91.998 em 31 de dezembro de 2023). Vide nota explicativa nº 20.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2023. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

2) Complexo residencial SGA: Em 2018, a controlada indireta CSA disponibilizou área no município de São Gonçalo do Amarante – RN contendo 520 mil m² para início de empreendimento habitacional.

Os valores apurados foram os seguintes:

	31.03.2024	31.12.2023
Custo residual do imóvel	1.529	1.529
Mais valia apurada (a)	47.853	47.853
	-----	-----
Valor justo (b)	49.382	49.382
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$16.269 (R\$16.269 em 31 de dezembro de 2023). Vide nota explicativa nº 20.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2023. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

3) Terrenos para loteamento: Em 2018, a controlada indireta Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. deu início à elaboração de projeto conjunto com construtora parceira, para a instalação de loteamentos nos terrenos localizados na região de Itaúna, em Minas Gerais. Com o direcionamento destes imóveis para este novo projeto, os valores dos terrenos foram transferidos para a rubrica “Propriedades para investimento”, avaliados ao valor justo. A controlada indireta previa ceder seus terrenos para a instalação de loteamentos, em contrapartida à aproximadamente 36,5% de participação no valor total de vendas do referido loteamento, líquidos de impostos e comissões de venda. Em 2022 o projeto foi descontinuado e a controlada indireta registrou a totalidade do valor justo dos ativos.

Os valores apurados foram os seguintes:

	31.03.2024	31.12.2023
Custo residual do imóvel	1.250	1.250
Mais valia apurada (a)	76.760	76.760
	-----	-----
Valor justo (b)	78.010	78.010
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$5.166 (R\$5.166 em 31 de dezembro de 2023). Vide nota explicativa nº 20.b às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2023. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

4) Imóvel para renda - Vinhedo: Em 2018, a Companhia adquiriu um imóvel na cidade de Vinhedo - SP, com 51 mil metros quadrados, onde estão localizados o centro de distribuição e o setor administrativo de sua controlada indireta AMMO. Em Outubro de 2023, a Companhia alienou o referido imóvel para a controlada indireta CSA pelo valor justo registrado na data, através de créditos entre as partes relacionadas.

Os valores apurados foram os seguintes:

	<u>31.03.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Custo residual do imóvel	63.800	63.800
Mais valia apurada (a)	589	589
	-----	-----
Valor justo (b)	64.389	64.389
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$200 na controlada indireta CSA, após a alienação. (Vide nota explicativa nº 20.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2023. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

5) Imóveis Montes Claros (controlada indireta): Esses imóveis foram classificados como propriedades para investimento pela controlada indireta CSA e são assim compostos:

	<u>31.03.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Terreno e edificações (antiga MECA) (44.402 m²)	36.340	36.340
Terreno da ESURB atrás da CODEVASF (2.770 m²)	5.130	5.130
Terreno da ESURB Bairro Santa Rita II (2.967 m²)	1.084	1.084
Terreno região nova Prefeitura (72.491 m²)	21.172	21.172
Terreno e edificações - planta desativada (711.855 m2) (*)	306.078	-
	-----	-----
Total	369.804	63.726
	=====	=====

	<u>31.03.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Custo residual dos imóveis	86.637	36.458
Mais valia apurada (a)	283.167	27.268
	-----	-----
Valor justo (b)	369.804	63.726
	=====	=====

(*) Em 31 de março de 2024, considerando a estratégia da controlada indireta CSA para consolidação de seu parque industrial, houve desativação da planta de Montes Claros. Considerando que o imóvel não mais possui finalidade operacional têxtil, seu valor residual, antes registrado como imobilizado a custo, foi transferido para a rubrica de propriedades para investimentos, mensurado a valor justo.

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$96.277 (R\$9.271 em 31 de dezembro de 2023). Vide nota explicativa nº 20.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2023, e para o imóvel da planta desativada em 2024. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

6) Imóvel para valorização - João Pessoa: Em 31 de Março de 2024, considerando a estratégia da controlada indireta CSA para consolidação de seu parque industrial, houve desativação da planta de João Pessoa. Considerando que o imóvel não mais possui finalidade operacional têxtil, seu valor residual, antes registrado como imobilizado a custo, foi transferido para a rubrica de propriedades para investimentos, mensurado a valor justo.

Os valores apurados foram os seguintes:

	<u>31.03.2024</u>
Custo residual do imóvel	46.283
Mais valia apurada (a)	157.749

Valor justo (b)	204.032
	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$53.635. Vide nota explicativa nº 20.b às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2024. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

7) Imóveis Montes Claros (controladora): A Companhia adquiriu em 2016, terreno na cidade de Montes Claros - MG, com 214 mil metros quadrados de sua coligada indireta Encorpar Empreendimentos Imobiliários. Esse terreno completa uma área contígua já de propriedade da Companhia, num total de 549 mil metros quadrados. Com o direcionamento destes imóveis para renda, os terrenos foram registrados na rubrica “Propriedades para investimento” naquela data, a valor justo.

Os valores apurados foram os seguintes:

	<u>31.03.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Custo residual do imóvel	51.247	52.273
Mais valia apurada	8.115	63.316
	-----	-----
Valor justo	59.362	115.589
	=====	=====

Em 31 de março de 2024, a Companhia disponibilizou parte dos imóveis para venda. Vide maiores detalhes nas notas explicativas nº10.b.1 – Imobilizado Disponível para venda.

O valor justo foi apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2023. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

Apurado imposto diferido passivo no valor total de R\$11.072, sendo R\$2.795 referente ao imóvel acima e R\$8.277 referente ao imóvel classificado no disponível para venda (R\$18.564 em 31 de dezembro de 2023). Vide nota explicativa nº 20.b às demonstrações contábeis intermediárias.

10. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado:

Os saldos consolidados de ativos imobilizados são conforme segue:

	Taxa (*) %	31.03.2024			31.12.2023
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	7,8	56.629	(21.167)	35.462	34.001
Edifícios	2,5	242.321	(125.586)	116.735	179.934
Instalações	6,8	170.527	(131.226)	39.301	64.125
Máquinas e equipamentos	7,5	1.360.003	(1.141.613)	218.390	227.741
Usinas	7,7	63.200	(38.603)	24.597	25.081
Móveis, utensílios e outros	7,7	123.735	(113.249)	10.486	10.879
Obras em andamento	-	56.087	-	56.087	60.703
		-----	-----	-----	-----
		2.072.502	(1.571.444)	501.058	602.464
Propriedade de uso por controlada indireta (**)		64.389	-	64.389	64.389
		-----	-----	-----	-----
		2.136.891	(1.571.444)	565.447	666.853
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

(**) Vide nota explicativa nº 9.4 às demonstrações contábeis intermediárias.

A movimentação dos saldos consolidados de ativos imobilizados é conforme segue:

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instala- ções	Máquinas e equipa- mentos	Usinas	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento (1)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	34.001	179.934	64.125	227.741	25.081	10.879	60.703	602.464
Adições	1.469	-	-	46	20	397	54	1.986
Baixas líquidas	(335)	-	-	(4)	-	(103)	(493)	(935)
Baixas de provisão para desvalorização	343	-	-	-	-	7	-	350
Reversão (provisão) para desvalorização de ativos	247	-	-	-	-	15	-	262
Transferências								
- Imobilizado	(27)	(23)	(84)	364	-	371	(601)	-
- Propriedade para investimento	(3.030)	(65.268)	(22.732)	-	-	-	(5.432)	(96.462)
Variação cambial	3.548	4.359	55	235	-	74	1.856	10.127
Depreciação do período	(754)	(2.267)	(2.063)	(9.992)	(504)	(1.154)	-	(16.734)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de março de 2024	35.462	116.735	39.301	218.390	24.597	10.486	56.087	501.058
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Total provisão para desvalorização de ativos	(3.478)	(14)	-	-	-	(3.970)	-	(7.462)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Usinas	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento (1)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	38.424	196.596	71.927	271.232	27.100	14.098	65.785	685.162
Adições	2.060	-	3	342	44	140	135	2.724
Baixas líquidas	(105)	-	(75)	(338)	(104)	(49)	-	(671)
Transferências								
- Imobilizado	(49)	(35)	415	400	-	(279)	(452)	-
Variação cambial	25	65	5	4	-	(1)	(1.235)	(1.137)
Depreciação do período	(664)	(2.318)	(2.229)	(10.905)	(505)	(1.347)	-	(17.968)
Reversão (provisão) para perdas com ativos	112	-	33	-	-	-	-	145
Saldo em 31 de março de 2023	39.803	194.308	70.079	260.735	26.535	12.562	64.233	668.255
Total provisão para desvalorização de ativos	(1.355)	-	(99)	(52)	-	(3.591)	-	(5.097)

(1) Obras em andamento correspondem principalmente à modernização de máquinas e equipamentos.

Anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável, a Companhia avalia a recuperabilidade do ativo imobilizado. Em 31 de março de 2024, o ativo imobilizado está deduzido de provisão para perda no valor de R\$7.462 (R\$8.074 em 31 de dezembro de 2023).

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificam os ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de possível realização, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

A movimentação dos saldos consolidados do imobilizado disponível para venda são conforme segue:

	31.12.2023	Variação cambial	Transferências Propriedades p/investimento (1)	Adições (1)	Baixas (2, 3 e 4)	31.03.2024
Custo	457.541	12.837	56.227	-	(36.295)	490.310
Depreciação	(365.309)	(11.156)	-	-	3.282	(373.183)
Provisão para desvalorização de ativos	(64.546)	(1.291)	-	(26.227)	19.120	(72.944)
	27.686	390	56.227	(26.227)	(13.893)	44.183

(1) Em 31 de março de 2024, a Companhia disponibilizou imóveis para venda e contabilizou provisão para perda no valor de R\$ 26.227. Em maio de 2024, a Companhia entregou o imóvel em Dação em pagamento para quitação de empréstimo do grupo com Banco Industrial do Brasil no valor de R\$30.000.

(2) Inclui imóvel da Companhia no valor de R\$616. Em março de 2024, a Companhia realizou acordo com o Município de Blumenau e o Banco Bradesco para desapropriação do imóvel pelo valor de R\$21.978. Vide nota explicativa nº 7.e às demonstrações contábeis intermediárias. Nesta operação houve um ganho de R\$21.362 na Companhia, refletido no resultado na rubrica “Outras líquidas”.

(3) Em 31 de dezembro de 2023 a controlada indireta CSA disponibilizou imóveis para venda. Em março de 2024, a controlada indireta CSA entregou os imóveis em Dação de pagamento para quitação de empréstimo com o Banco Sofisa no valor total de R\$34.776 (R\$27.871 de empréstimos da CSA e R\$6.905 de empréstimos da CTS). Vide notas explicativas nº 13 às demonstrações contábeis intermediárias. Nesta operação houve um ganho de R\$25.848 na controlada indireta CSA, refletido no resultado na rubrica “Outras líquidas”.

(4) Em 31 de dezembro de 2023, a controlada indireta CSA disponibilizou o imóvel de Acreúna para venda e contabilizou provisão para perda no valor de R\$19.114. Em março de 2024, a controlada indireta CSA entregou o imóvel em Dação de pagamento para quitação de empréstimo com o Banco Luso Brasileiro no valor de R\$11.253. Vide notas explicativas nº 13 às demonstrações contábeis intermediárias.

	31.12.2022	Varição cambial	31.03.2023
Custo	461.614	(11.620)	449.994
Depreciação	(389.135)	9.888	(379.247)
Provisão para perda	(48.569)	1.144	(47.425)
	-----	-----	-----
	23.910	(588)	23.322
	=====	=====	=====

11. DIREITOS DE USO E ARRENDAMENTOS FINANCEIROS A RECEBER

A composição dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Taxa (2) % a.a.	Consolidado			
		31.03.2024			31.12.2023
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis (CSA e CTS – uso próprio)	40,0	4.177	(1.531)	2.646	934
Imóveis (SGUS – uso próprio)	8,3	44.350	(18.479)	25.871	25.069
Imóveis – lojas (AMMO – uso próprio)	21,4	73.672	(35.561)	38.111	39.981
Veículos	50,0	143	(119)	24	42
Propriedades para investimentos (1)		47.120	-	47.120	45.659
		-----	-----	-----	-----
Total de direito de uso		169.462	(55.690)	113.772	111.685
Arrendamentos financeiros a receber (1)		88.413	-	88.413	85.672
		-----	-----	-----	-----
		257.875	(55.690)	202.185	197.357
		=====	=====	=====	=====

(1) Imóveis arrendados, e subarrendados em parte, pela controlada indireta SGUS.

(2) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

A movimentação consolidada dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Imóveis	Imóveis – SGUS	Imóveis – lojas	Veículos	Propriedades para investimento	Arrendamentos financeiros a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	934	25.069	39.981	42	45.659	85.672	197.357
Variação cambial	-	802	-	-	1.461	2.741	5.004
Adições (1)	2.606	-	2.480	-	-	-	5.086
Baixas (2)	(865)	-	(1.038)	-	-	-	(1.903)
Amortização do período	(29)	-	(3.312)	(18)	-	-	(3.359)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de março de 2024	2.646	25.871	38.111	24	47.120	88.413	202.185
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	Imóveis	Imóveis – SGUS	Imóveis – lojas	Veículos	Propriedades para investimento	Arrendamentos financeiros a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.743	30.878	49.442	981	61.483	100.241	244.768
Variação cambial	-	(803)	-	-	(1.607)	(2.620)	(5.030)
Adições (1)	-	-	12.242	107	-	-	12.349
Amortização do período	(212)	(949)	(4.851)	(322)	-	-	(6.334)
Encargos	-	-	-	-	1.603	2.448	4.051
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	-	(2.751)	(4.307)	(7.058)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de março de 2023	1.531	29.126	56.833	766	58.728	95.762	242.746
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(2) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

Os valores a receber decorrentes do subarrendamento dos imóveis em seus valores contratados são como segue:

Ano	Arrendamentos financeiros a receber	
	31.03.2024	31.12.2023
2024	17.081	16.551
2025	17.274	16.738
2026 em diante	89.534	86.758
	-----	-----
	123.889	120.047
Ajuste a valor presente	(35.476)	(34.375)
	-----	-----
	88.413	85.672
Circulante	(16.189)	(15.687)
	-----	-----
Não circulante	72.224	69.985
	=====	=====

Os valores registrados como arrendamento financeiro possui uma expectativa de cumprimento dos contratos de longo prazo com os subarrendatários e também, para alguns imóveis, uma expectativa de ocupação por algum período de vacância que são atualizados e avaliados anualmente. Em 31 de março de 2024, a controlada indireta SGUS não possuía inadimplências com os contratos vigentes de subarrendamento.

12. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	31.03.2024	31.12.2023
Marcas – próprias (1)	16.267	16.267
Marcas – licença de uso (2)	8.628	6.057
Propriedade intelectual (3)	725	725
Pontos comerciais (luvas) (4)	8.961	9.486
Outros	6	6
Total	34.587	32.541

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis foi como segue:

	Marcas - próprias (1)	Marcas - licença de uso (2)	Propriedade intelectual (3)	Pontos comerciais (4)	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	16.267	6.057	725	9.486	6	32.541
Adições	-	-	-	150	-	150
Baixas líquidas	-	-	-	(651)	-	(651)
Reversão de provisão para desvalorização de ativos baixados	-	-	-	664	-	664
Reversão (provisão) para desvalorização de ativos	-	-	-	221	-	221
Amortização	-	(271)	-	(909)	-	(1.180)
Variação cambial	-	2.842	-	-	-	2.842
Saldo em 31 de março de 2024	16.267	8.628	725	8.961	6	34.587

	Ágio na aquisição da AMMO (*)	Marcas - próprias (1)	Marcas - licença de uso (2)	Propriedade intelectual (3)	Pontos comerciais (4)	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	27.303	16.267	10.848	9.784	18.771	8	82.981
Adições	-	-	-	-	580	-	580
Amortização	-	-	(319)	(1.077)	(941)	(1)	(2.338)
Variação cambial	-	-	46	-	-	-	46
Saldo em 31 de março de 2023	27.303	16.267	10.575	8.707	18.410	7	81.269

(*) Ágio decorrente de investimento na AMMO VAREJO S.A., adquirido pela controlada indireta CSA em 1º de janeiro de 2019, Em junho de 2023, devido a atual situação daquela controlada, foi realizado a baixa deste ágio para o resultado.

(1) Marcas – próprias: As marcas próprias estão registradas ao custo de aquisição, possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizadas.

(2) Marcas – licença de uso: Representa o licenciamento do uso da marca “Santista” na Argentina e é amortizado pelo prazo do contrato em 15 anos.

(3) Propriedade intelectual: Refere-se à software desenvolvido para unificação dos canais de venda no varejo (lojas físicas e E-commerce), e é amortizado em 5 anos. Em outubro de 2023, a controlada indireta AMMO realizou investimento na coligada A11I Tecnologia S.A. através do aporte do intangível.

(4) Pontos comerciais (luvas): Os valores referentes aos pontos comerciais (luvas) estão registrados pelo custo de aquisição dos respectivos pontos de vendas deduzidos de provisão para perda no valor de R\$14.040 (R\$14.925 em 31 de dezembro de 2023). Os pontos comerciais possuem vida útil definida, baseado no prazo médio dos contratos de locação destes ativos, portanto, estão sendo amortizados.

Os itens de (1) a (4) acima são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade. A Companhia não identificou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos nesses intangíveis.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Venci- mento	Controladora	
				31.03.2024	31.12.2023
Moeda nacional:					
Banco Fibra S.A. - CCE	R\$	9,6 + CDI	2024	3.400	3.376
Banco Industrial do Brasil S.A.	R\$	8,9 e 9,2 + CDI	2024	28.129	28.224
Outros	R\$	-	2024	7.243	7.840
				-----	-----
				38.772	39.440
Moeda estrangeira:					
Banco Industrial do Brasil S.A. - PPE/ACE	US\$	14,5	2024	1.081	1.064
				-----	-----
				1.081	1.064
Total				-----	-----
Circulante				39.853	40.504
				(39.853)	(40.504)
				-----	-----
Não circulante				-	-
				=====	=====

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Venci- mento	Consolidado	
				31.03.2024	31.12.2023
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (a) (1) (2)	R\$	100,0 do CDI	2033	472.810	459.536
Bradesco S.A. (b) (1)(2)	R\$	6,1 e 6,3 + CDI	2027	46.352	44.601
Banco BBM S.A. – CCB	R\$	7,0 + CDI	2025	13.331	12.814
Banco ABC do Brasil S.A.	R\$	4,9 + CDI	2026	26.337	25.764
Banco Fibra S.A. - CCE	R\$	5,0 e 9,6 + CDI e 168,0 do CDI	2024	24.729	24.530
Banco Safra S.A.	R\$	6,2 a 18,0 + CDI	2029	23.252	23.141
Banco Daycoval S.A.	R\$	9,8 e 21,8 + CDI	2026	23.714	23.096
Banco Pine S.A.	R\$	9,1 + CDI	2024	164	158
Banco Sofisa S.A.	R\$	6,7 a 6,8 + CDI	2024	7.452	40.665
Banco Industrial do Brasil S.A.	R\$	5,2 a 9,2 + CDI	2025	63.279	79.617
Banco Santander S.A. (c)	R\$	5,6 + CDI	2024	1.389	2.741
Banco ABC Brasil S.A. – CCB	R\$	3,9 a 6,3 + CDI	2026	14.524	16.494
Financiadora de Estudos e Projetos	R\$	4,4	2025	9.674	9.561
Banco Daycoval S.A.	R\$	14,9	2026	1.263	1.326
Banco Luso Brasileiro S.A.	R\$	8,9 + CDI	2027	-	10.388
SFT Fundo de investimento em direitos creditórios	R\$	14,7 + CDI	2025	3.865	4.968
Outros	R\$	-	2027	22.091	27.814
				754.226	807.214
Moeda estrangeira:					
Banco Patagônia	\$ARG	38,7	2024	378	2.447
Banco do Brasil S.A.	US\$	6,5 e 8,5	2025	77.312	74.166
Banco Industrial do Brasil S.A.- PPE/ACE	US\$	13,2 e 14,0	2024	3.275	3.500
Banco ABC Brasil S.A. - ACC	US\$	11,5	2024	935	-
TopFashion Business Co, Ltd. (d) (1) (2)	US\$	3,8 + SOFR	2026	106.328	100.870
				188.228	180.983
Total				942.454	988.197
Circulante				(272.252)	(474.072)
Não circulante				670.202	514.125

(1) Contratos com cláusulas de vencimento antecipado das controladas indiretas CSA e CTS, os quais suas parcelas de longo prazo, no valor de R\$603.006, foram reclassificadas para o passivo circulante no balanço patrimonial em 31 de março de 2024, conforme determina o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Os valores reclassificados foram como segue:

	Vencimento Original	Consolidado		
		Reclassificação CSA	Reclassificação CTS	Apresentação Balanço
Circulante	272.252	477.649	125.357	875.258
Não circulante	670.202	(477.649)	(125.357)	67.196
Total dos Empréstimos	942.454	-	-	942.454

(2) Em 31 de dezembro de 2023, as controladas indiretas CSA e CTS diante do não cumprimento de certos índices financeiros relativos a esse empréstimo, mas devido a renegociações em 2024, mantiveram os vencimentos originais desses empréstimos. Conforme determina o CPC26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresentamos os respectivos empréstimos no passivo circulante no balanço patrimonial.

Os valores reclassificados foram como segue:

	Vencimento Original	Consolidado		Apresentação Balanco
		Reclassificação CSA	Reclassificação CTS	
Circulante	474.072	308.773	115.402	898.247
Não circulante	514.125	(308.773)	(115.402)	89.950
	-----	-----	-----	-----
Total dos Empréstimos	988.197	-	-	988.197
	=====	=====	=====	=====

(a) Inclui empréstimos da controlada indireta CSA (R\$453.781 em 31 de março de 2024 e R\$441.088 em 31 de dezembro de 2023) e da controlada indireta CTS (R\$19.029 em 31 de março de 2024 e R\$18.448 em 31 de dezembro de 2023), com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde em ambos contratos, a controlada SGPSA, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 3,5 vezes em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais.

(b) Empréstimos da controlada indireta CSA, em parte dos contratos, empréstimos com cláusula contratual de vencimento antecipado, onde a controlada indireta CSA comprometeu-se a cumprir o seguinte índice financeiro em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 2,5 vezes.

(c) Empréstimos da controlada indireta CSA, com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controlada SGPSA, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,0 vezes; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,7 vezes; e (iii) razão entre o EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes.

(d) Empréstimo da controlada indireta CTS, com cláusula de vencimento antecipado, onde a controlada indireta comprometeu-se a cumprir alguns covenants operacionais durante a vigência do contrato de empréstimo. A SOFR (Secured Overnight Financing Rate) é uma taxa de financiamento utilizada em captações de recursos garantidos por títulos do governo dos Estados Unidos (US Treasury bonds).

Os termos utilizados para descrever os índices financeiros descritos nos itens (a), (b), (c) e (d) acima, têm sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, gravados em 1º grau; (ii) fiança da Companhia; e (iii) por duplicatas a receber.

Os vencimentos (originais) dos empréstimos consolidados são como segue:

	2025					
	2024	Curto prazo	Longo prazo	2026	2027 a 2033	Total
Moeda nacional:						
Banco do Brasil S.A. (*)	-	-	-	4.097	468.713	472.810
Bradesco S.A. (*)	19.832	2.652	7.956	10.608	5.304	46.352
Banco BBM S.A. - CCB	12.628	703	-	-	-	13.331
Banco ABC do Brasil S.A.	8.746	2.772	8.315	6.504	-	26.337
Banco Fibra S.A. - CCE	24.729	-	-	-	-	24.729
Banco Safra S.A.	1.672	-	4.046	5.395	12.139	23.252
Banco Daycoval S.A.	9.568	2.143	6.150	5.853	-	23.714
Banco Pine S.A.	164	-	-	-	-	164
Banco Sofisa S.A.	7.452	-	-	-	-	7.452
Banco Industrial do Brasil S.A.	58.407	2.924	1.948	-	-	63.279
Banco Santander S.A.	1.389	-	-	-	-	1.389
Banco ABC Brasil S.A. - CCB	6.174	1.679	5.037	1.634	-	14.524
Financiadora de Estudos e Projetos	5.301	1.193	3.180	-	-	9.674
Banco Daycoval S.A.	430	119	357	357	-	1.263
SFT Fundo de investimento em direitos Creditórios	1.934	644	1.287	-	-	3.865
Outros	16.261	836	2.508	2.302	184	22.091
	174.687	15.665	40.784	36.750	486.340	754.226
Moeda estrangeira:						
Banco Patagônia	378	-	-	-	-	378
Banco do Brasil S.A.	5.188	72.124	-	-	-	77.312
Banco Industrial do Brasil S.A.- PPE/ACE	3.275	-	-	-	-	3.275
Banco ABC Brasil S.A. - ACC	935	-	-	-	-	935
TopFashion Business Co, Ltd. (*)	-	-	-	106.328	-	106.328
	9.776	72.124	-	106.328	-	188.228
Total	184.463	87.789	40.784	143.078	486.340	942.454

(*) Contratos com cláusulas de vencimento antecipado, os quais suas parcelas de longo prazo foram reclassificados para o passivo circulante no balanço patrimonial.

Considerando os eventos subsequentes a 31 de março de 2024, vide maiores detalhes na nota explicativa nº28.b às demonstrações contábeis intermediárias.

A movimentação consolidada dos empréstimos e debêntures foi como segue:

	31.03.2024			31.03.2023
	Empréstimos	Debêntures	Total	Total
Saldo no início do período	988.197	373.220	1.361.417	1.359.155
Novas captações ou renovações	13.085	-	13.085	94.022
Juros provisionados (1)	31.904	16.924	48.828	61.785
Amortização de principal	(43.436)	(4.000)	(47.436)	(181.532)
Pagamento de juros	(6.948)	(3.764)	(10.712)	(26.307)
Variação cambial	5.681	-	5.681	(3.164)
Encargos antecipados, líquidos	-	822	822	1.530
Dação de imóveis em pagamento (*)	(46.029)	-	(46.029)	-
Saldo no final do período	942.454	383.202	1.325.656	1.305.489

(*) Inclui: (i) empréstimos da controlada indireta CSA no montante de R\$39.124 quitados com entrega de imóveis da controlada CSA. (ii) empréstimos da controlada indireta CTS no montante de R\$6.905 quitados com entrega de imóveis da controlada indireta CSA e Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda (em

recuperação judicial). Vide nota explicativa nº 10.b.3 e 10.b.4 às demonstrações contábeis intermediárias.

14. DEBÊNTURES

a) Em 26 de julho de 2021 a controlada indireta CSA emitiu 160.000 debêntures não conversíveis em ações (5ª emissão de debêntures), com as características abaixo, a qual, em 4 de agosto de 2021, foram integralmente subscritas pela Virgo Companhia de Securitização ("Virgo"). As características das debêntures são as seguintes:

Características da 5ª emissão de debêntures

Quantidade de debênture emitida	160.000
Valor unitário da debênture (valor em reais)	R\$1.000,00
Amortização	120 parcelas iguais
Vencimento inicial	18/08/2021
Vencimento final	17/07/2031
Remuneração	IPCA + 9,25%a.a.
Amortização da remuneração	Mensal
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenants)	(2)

As Debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sendo coordenada pelo Banco Votorantim.

Em 4 de agosto de 2021, foi firmado com a Virgo distribuição pública com esforços restritos de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI no mercado brasileiro, nos termos da Instrução da CVM nº 414 e da Instrução CVM nº 476 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tendo como lastro as debêntures emitidas pela controlada indireta CSA, os quais foram totalmente subscritos.

Os recursos ingressaram na controlada indireta CSA na data da subscrição dos CRI. As despesas de emissão da Debênture e de emissão dos CRI, no valor de aproximadamente R\$5.887, equivalentes a 3,67% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos da Debênture, na proporção de seu saldo devedor.

Parte dos recursos foram destinados obrigatoriamente para pagamento integral da 4ª emissão de debênture junto ao Banco Itaú BBA S.A.

(1) Garantia Real: Imóveis da controlada indireta CSA, referidos nos itens 1 e 2 da nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, cujo valor de avaliação deve manter-se superior a 1,8 vezes o saldo devedor das Debêntures no 1º ano e nos seguintes 2,0 vezes. Adicionalmente, os contratos de locação do imóvel fazem parte da garantia, podendo o agente fiduciante, em caso de inadimplemento reter os recebíveis de alugueis até a solução da inadimplência.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela controlada SGPSA e por Josué Christiano Gomes da Silva.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

A controlada SGPSA na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas semestrais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,0 vezes em 2021 e 2,5 vezes em 2022 e 2,25 vezes a partir de 2023; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,80 vezes. Após a conclusão da venda de investimento na controlada indireta SGUS, razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,65 vezes em 2022 e 2023 e 0,60 vezes a partir de 2024; e (iii) razão entre o Ativo Circulante e o Passivo circulante (excluídos os impactos da controlada indireta SGUS) de no mínimo 1,2 vezes.

Em 31 de março de 2024, diante da expectativa de não cumprimento de certos índices financeiros relativos a essas debêntures, a controlada indireta CSA apresentou as parcelas de longo prazo no passivo circulante no balanço patrimonial, conforme determina o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Os valores reclassificados foram como segue:

	Vencimento original	Reclassificação	Apresentação Balanço
Circulante	18.851	119.398	138.249
Não circulante	119.398	(119.398)	-
	-----	-----	-----
Total das Debêntures	138.249	-	138.249
	=====	=====	=====

(b) Em 30 de maio de 2022 a controlada indireta AMMO aprovou a emissão de até 300.000.000 debêntures conversíveis em ações, nos termos do artigo 57 da lei das Sociedades por Ações (1ª emissão de debêntures), as quais, em 20 de junho de 2022, foram subscritas 180.000.000 debêntures pela Odernes Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (Odernes). As 120.000.000 debêntures emitidas e não subscritas, poderiam ter sido subscritas até 1º de Junho de 2023. Como a subscrição não ocorreu, elas foram canceladas.

As características das debêntures são as seguintes:

Características da 1ª emissão de debêntures

Quantidade de debêntures emitidas	300.000.000
Quantidade de debêntures subscritas	180.000.000
Valor unitário da debênture (valor em reais)	R\$1,00
Amortização	Parcela única no vencimento
Vencimento	20/06/2027
Remuneração	20% a.a. (capitalização trimestral)
Amortização da remuneração	Parcela única no vencimento do principal

As debêntures foram objeto de colocação privada sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou a realização de qualquer esforço de venda perante público em geral, que possa caracterizar uma distribuição pública de valores mobiliários.

Conversão em ações:

As debêntures, incluindo todos os demais valores devidos no âmbito desta Emissão, poderão ser convertidas em ações a serem emitidas pela controlada indireta AMMO., no vencimento das debêntures ou na ocorrência de um evento de liquidez (oferta pública de ações), sendo: (i) 25% do saldo das debêntures de forma mandatória e, (ii) 75% do saldo das debêntures a exclusivo critério do debenturista.

Destinação dos recursos: Os recursos serão utilizados para reforço do capital de giro e suportar o plano de expansão do varejo.

Garantias:

Garantia Real: Alienação fiduciária das ações de emissão da controlada indireta AMMO.

	31.03.2024	31.12.2023
Valor recebido:		
Valor subscrito	180.000	180.000
Comissão de estruturação	(4.950)	(4.950)
Despesas com assessores (reembolso)	(2.647)	(2.647)
	-----	-----
Total recebido	172.403	172.403
	=====	=====
Despesas de emissão:		
Comissão de estruturação total	8.250	8.250
Despesas com assessores	6.851	6.851
	-----	-----
	15.101	15.101
Amortização das despesas de emissão	(5.369)	(4.614)
	-----	-----
Total de despesas a amortizar	9.732	10.487
	=====	=====

Os recursos ingressaram na controlada indireta AMMO VAREJO S.A. na data da subscrição. As despesas de emissão das debêntures, no valor de R\$15.101, serão amortizadas mensalmente como custo da operação até o vencimento das debêntures.

Em 31 de março de 2024, diante de obrigação ("Covenant") não cumprida, a controlada indireta AMMO apresentou as parcelas de longo prazo no passivo circulante no balanço patrimonial. Considerando os eventos subsequentes a 31 de março de 2024, vide maiores detalhes na nota explicativa nº28.c às demonstrações contábeis intermediárias.

Os saldos das debêntures, em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, eram assim compostos:

	Debêntures		Consolidado	
	5ª emissão (a)	1ª emissão (b)	31.03.2024	31.12.2023
Valor original	117.333	180.000	297.333	301.333
Encargos antecipados	(1.948)	(9.732)	(11.680)	(12.501)
Juros provisionados	22.864	74.685	97.549	84.388
	-----	-----	-----	-----
Total das debêntures	138.249	244.953	383.202	373.220
Circulante	(138.249)	(244.953)	(383.202)	(373.220)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	-	-	-	-
	=====	=====	=====	=====

15. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31.03.2024	31.12.2023
Mercado interno	330.938	305.107
Mercado externo	43.145	39.762
	-----	-----
	374.083	344.869
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de, aproximadamente 239 dias (158 dias em 31 de dezembro de 2023).

16. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada indireta CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da CSA, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a controlada indireta CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997
Prazo de concessão: 35 anos
Valor total da concessão: R\$333.310
Atualização monetária: IGP-M

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
	-----	-----	-----
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
	-----	-----	-----
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	10.486	1.003.289	1.633.920
	=====	=====	=====

A controlada indireta CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao passivo não circulante, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros na contratação da concessão, atualizada pelo IGP-M.

As movimentações ocorridas nos saldos da concessão, são como segue:

	Consolidado	
	31.03.2024	31.03.2023
Saldo inicial	73.645	94.517
Apropriação das parcelas da outorga	1.551	1.606
Baixas (a)	(13.638)	(14.405)
Juros (7,5% a.a.)	7.839	7.863
Variação monetária (IGP-M)	203	828
	-----	-----
Saldo a vencer do contrato	69.600	90.409
Parcelas em atraso (b)	207.965	42.688
	-----	-----
Total	277.565	133.097
Circulante	(246.372)	(99.279)
	-----	-----
Não circulante	31.193	33.818
	=====	=====

(a) As baixas representam as parcelas vencidas mensalmente conforme previsto no contrato de concessão.

(b) Em maio de 2023, a controlada indireta CSA ingressou com ação judicial solicitando o restabelecimento do equilíbrio econômico do contrato de concessão, mediante a substituição do índice de correção monetária definido no referido contrato, para que os valores das UBP's sejam corrigidos de acordo com o IPCA, apurando se, ainda, o montante pago a maior em razão da aplicação de tal índice durante o período de 2013 a 2023.

Os valores apresentados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 31 de março de 2024, somam R\$14.400 (R\$14.759 em 31 de dezembro de 2023) e consideram a participação da controlada indireta CSA nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antônio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

17. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Vencimentos	Consolidado	
		31.03.2024	31.12.2023
Imóveis	2024	2.653	1.013
SGUS (*)	2030	179.539	173.973
Imóveis – lojas	2029	40.733	42.573
Veículos	2024	26	45
		-----	-----
		222.951	217.604
Circulante		(50.601)	(49.867)
		-----	-----
Não circulante		172.350	167.737
		=====	=====

(*) Passivo correspondente aos ativos de direito de uso classificados como: (i) Imóveis - SGUS; (ii)

Propriedades para investimento; e (iii) Arrendamentos financeiros a receber. Vide nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis intermediárias.

A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta os lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos. A Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento para lojas somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos os prazos vigentes nos contratos. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar, e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento (variam entre 9% e 10% ao ano).

Os vencimentos dos arrendamentos consolidados são como segue:

	2024	2025		2026	2027 a 2030	Total
		Curto prazo	Longo prazo			
Imóveis	1.123	358	1.074	358	-	2.913
SGUS	35.084	-	35.367	35.653	145.528	251.632
Imóveis – lojas	13.006	3.694	10.128	9.877	11.029	47.734
Veículos	26	-	-	-	-	26
Total bruto	49.239	4.052	46.569	45.888	156.557	302.305
Ajuste a valor presente	(2.361)	(329)	(6.412)	(9.915)	(60.337)	(79.354)
Total a pagar	46.878	3.723	40.157	35.973	96.220	222.951
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

A movimentação consolidada dos arrendamentos a pagar é como segue:

	31.03.2024					31.03.2023
	Imóveis	SGUS	Imóveis - lojas	Veículos	Total	Total
Saldo no início do período	1.013	173.973	42.573	45	217.604	269.056
Adições (1)	2.607	-	2.480	-	5.087	12.349
Baixas (2)	(932)	-	(1.058)	-	(1.990)	-
Encargos	-	-	931	1	932	6.741
Pagamentos	(35)	-	(4.193)	(20)	(4.248)	(16.043)
Variação cambial	-	5.566	-	-	5.566	(5.562)
Saldo no final do período	2.653	179.539	40.733	26	222.951	266.541
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(2) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

Os efeitos no resultado para os períodos findos em 31 de março de 2024 e 2023 são como segue:

	31.03.2024				31.03.2023
	Imóveis -				
	Imóveis	lojas	Veículos	Consolidado	Consolidado
Arrendamentos pagos no período	35	4.193	20	4.248	16.043
PIS e COFINS recuperado	-	(388)	-	(388)	(563)
Amortização de direitos de uso	(29)	(3.312)	(18)	(3.359)	(6.334)
PIS e COFINS sobre amortização	-	303	-	303	440
Encargos, líquidos	-	(931)	(1)	(932)	(2.690)
PIS e COFINS sobre juros	-	85	-	85	123
Baixas, líquidas	67	20	-	87	-
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	-	(7.058)
	-----	-----	-----	-----	-----
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	73	(30)	1	44	(39)
	=====	=====	=====	=====	=====

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está representado como segue:

	Nº de ações	
	31.03.2024	31.12.2023
Ordinárias	13.912.800	13.912.800
Preferenciais	16.723.657	16.723.657
	-----	-----
	30.636.457	30.636.457
	=====	=====

Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2023 e 31 de março de 2024.

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação; e (b) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas aos acionistas controladores alienantes, assegurando o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

19. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Consolidado	
	A receber	
	31.03.2024	31.12.2023
Innotex International Ltd.	16.455	15.756
Holtex, Inc.	1.741	1.687
Empr. Nac. Com. R�dito e Particip. S.A. – ENCORPAR - em Recuperação Judicial	63.040	60.640
Wembley S.A.	164.481	160.626
	-----	-----
	245.717	238.709
	=====	=====
	Encargos financeiros (consolidado)	
	31.03.2024	31.03.2023
	31.03.2024	31.03.2023
Wembley S.A.	7.593	6.458
Empr. Nac. Com. R�dito e Particip. S.A. – ENCORPAR	2.208	2.520
JAGS - José Alencar Gomes da Silva	813	624
Innotex International Ltd.	194	187
Seda S.A.	405	515
Encorpar Empr. Imob. Ltda.	(136)	(9)
Econorte - Empr. Constr. Norte de Minas Ltda.	(393)	(62)
Seda, Inc.	419	403
432 Park Avenue	23	22
Fazenda do Cantagalo Ltda.	(277)	(172)
Parigi Imobiliária S.A.	-	(64)
	-----	-----
	10.849	10.422
	=====	=====

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da companhia cedente do recurso.

A Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda (em recuperação judicial), empresa ligada, e a controlada CTS possuem contrato de locação do imóvel onde se situam os escritórios da controlada. No primeiro trimestre de 2024, foram efetuados pagamentos no valor de R\$206 (R\$206 no mesmo período de 2023).

Os valores pagos a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego, quando aplicáveis.

Os saldos dos honorários da administração estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2024	31.03.2023	31.03.2024	31.03.2023
Conselheiros (Companhia)	337	337	337	337
Conselheiros (Controladas)	-	-	512	718
Diretores estatutários (Companhia)	343	296	343	296
Diretores estatutários (Controladas)	-	-	1.419	1.224
Outros diretores (controladas)	-	-	2.419	2.870
	-----	-----	-----	-----
	680	633	5.030	5.445
	=====	=====	=====	=====

20. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS IMPOSTOS

a. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	31.03.2024					
	CTNM	Oxford	CSA		Outros	CTNM
	Controladora	Consolidado	Consolidado	SGUS	(1)	Consolidado
Resultado antes dos impostos	(123.818)	(38.324)	(170.789)	3.235	110.996	(218.700)
Equivalência patrimonial	109.211	-	1.345	-	(109.211)	1.345
Outros	39	(37)	16	-	1	19
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos	(14.568)	(38.361)	(169.428)	3.235	1.786	(217.336)
Alíquota de 34%	4.953	13.043	57.606	(1.100)	(607)	73.895
Créditos fiscais não constituídos	2.219	(13.139)	(57.606)	1.100	(43)	(67.469)
Outros	-	9	-	-	7	16
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	7.172	(87)	-	-	(643)	6.442
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Impostos sobre o lucro – corrente	-	(87)	-	-	(643)	(730)
Impostos sobre o lucro – diferido	7.172	-	-	-	-	7.172
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	7.172	(87)	-	-	(643)	6.442
	-----	-----	-----	-----	-----	-----

	31.03.2023					
	CTNM	Oxford	CSA		Outros	CTNM
	Controladora	Consolidado	Consolidado	SGUS	(1)	Consolidado
Resultado antes dos impostos	(155.326)	(29.990)	(206.150)	(4.246)	128.692	(267.020)
Equivalência patrimonial	138.506	-	-	-	(129.568)	8.938
Subvenção para investimentos	-	-	(332)	-	-	(332)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	-	(15)	-	(15)
Outros	40	65	200	-	-	305
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos	(16.780)	(29.925)	(206.282)	(4.261)	(876)	(258.124)
Alíquota de 34%	5.705	10.174	70.137	1.449	298	87.763
Créditos fiscais não constituídos	(5.646)	(10.315)	(70.192)	(1.462)	(927)	(88.542)
Outros	-	19	(111)	-	8	(84)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	59	(122)	(166)	(13)	(621)	(863)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Impostos sobre o lucro – corrente	-	(122)	(115)	(13)	(621)	(871)
Impostos sobre o lucro – diferido	59	-	(51)	-	-	8
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	59	(122)	(166)	(13)	(621)	(863)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui efeito cambial de controladas no exterior, resultado de controladas não operacionais e eliminações para a consolidação.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia pode vir a constituir créditos tributários.

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos consolidados são compostos como segue:

		Reconhecidos no			
	Saldos em		Patrimônio	Variação	Saldos em
	31.12.2023	Resultado	líquido	cambial	31.03.2024
Ativo:					
Prejuízo fiscal, líquido (Companhia) (p)	4.250	-	-	-	4.250
Diferenças temporárias (Companhia) (p)	185	-	-	-	185
Diferenças temporárias (CSA - Brasil) (1) (p)	16.783	-	-	-	16.783
Prejuízo fiscal, líquido (SGPSA - Brasil) (a)	1.905	-	-	-	1.905
Diferenças temporárias (Santanense) (3) (a) (*)	4.028	-	-	-	4.028
Prejuízo fiscal, líquido (Santanense) (3) (a) (*)	36.216	-	-	-	36.216
Reclassificações para apresentação de balanço (a) (*)	(4.027)	-	-	-	(4.027)
	-----	-----	-----	-----	-----
	59.340	-	-	-	59.340
Passivo:					
Diferenças temporárias (Companhia) (p)	(10.842)	(320)	-	-	(11.162)
Deságio em controlada (Companhia) (p)	(426)	-	-	-	(426)
Propriedades para investimento (Companhia) (p)	(18.564)	7.492	-	-	(11.072)
Diferenças temporárias (Companhia - Argentina) (p)	(5)	-	-	-	(5)
Propriedades para investimento (CSA - Brasil) (1) (p)	(117.738)	-	(140.641)	-	(258.379)
Correção monetária (CSA - Argentina) (1) (p)	(593)	-	-	17	(576)
Propriedades para investimento (Santanense) (3) (p)	(5.166)	-	-	-	(5.166)
Diferenças temporárias (Santanense) (3) (p)	(4.027)	-	-	-	(4.027)
Deságio em controlada (Oxford) (p)	(4.623)	-	-	-	(4.623)
Reclassificações para apresentação de balanço (p) (*)	4.027	-	-	-	4.027
	-----	-----	-----	-----	-----
	(157.957)	7.172	(140.641)	17	(291.409)
Total de impostos diferidos, líquido	(98.617)	7.172	(140.641)	17	(232.069)
	=====	=====	=====	=====	=====
Impostos diferidos no ativo não circulante (soma de a)	38.122	-	-	-	38.122
Impostos diferidos no passivo não circulante (soma de p)	(136.739)	7.172	(140.641)	17	(270.191)
	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Reclassificações efetuadas para apresentação de balanço.

Em 31 de março de 2024, a Companhia possuía R\$408.846 em prejuízos fiscais (R\$388.824 em 31 de dezembro de 2023) e R\$394.428 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$403.609 em 31 de dezembro de 2023), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

(1) Impostos diferidos da controlada indireta CSA:

A controlada indireta CSA, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da controlada, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações.

Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração daquela controlada possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados como segue:

Ano	Consolidado CSA		
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	Total
2024	3.766	-	3.766
A partir de 2027	13.017	-	13.017
	-----	-----	-----
	16.783	-	16.783
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

Em 31 de março de 2024, a controlada indireta CSA possuía R\$2.376.008 em prejuízos fiscais (R\$2.278.711 em 31 de dezembro de 2023) e R\$2.384.419 e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$2.285.137 em 31 de dezembro de 2023), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias. Em 31 de março de 2024, a controlada indireta AMMO possuía R\$660.481 em prejuízos fiscais (R\$615.912 em 31 de dezembro de 2023) e R\$660.509 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$615.940 em 31 de dezembro de 2023), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

Impostos diferidos (passivo) – propriedades para investimento:

Imposto de renda e contribuição social decorrentes da mais valia apurada em propriedades para investimento. Vide nota explicativa nº 9 às demonstrações contábeis intermediárias.

	Imóveis para renda			Imóveis para valorização		
	São Gonçalo		Vinhedo (9.4)	Montes Claros (9.5)	João Pessoa (9.6)	Total
	Complexo comercial (9.1)	Complexo residencial (9.2)				
Valor justo	382.634	49.382	64.389	369.804	204.032	1.070.241
Total do custo residual	(112.050)	(1.529)	(63.800)	(86.637)	(46.283)	(310.299)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Mais valia apurada	270.584	47.853	589	283.167	157.749	759.942
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Imposto de renda e contribuição social a pagar sobre mais valia (34%)	91.998	16.269	200	96.277	53.635	258.379
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(2) Impostos diferidos da controlada indireta SGUS:

Em 31 de março de 2024, a controlada SGUS possui saldo de R\$1.319.772 em prejuízos fiscais (R\$1.319.772 em 31 de dezembro de 2023), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável e não têm prazo para prescrição. Os prejuízos fiscais também são dedutíveis integralmente, mas possuem prazos de prescrição, tendo, os prejuízos fiscais federais, validade entre 2023 a 2034 e, os estaduais, validade entre

2023 a 2034.

(3) Impostos diferidos da controlada indireta CTS:

A controlada indireta CTS, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados.

As projeções futuras consideram os resultados operacionais da controlada, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações.

Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos como segue:

Ano	Consolidado		Total
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	
2026	-	1.875	1.875
2027	-	2.842	2.842
2028	-	1.086	1.086
2029	-	1.222	1.222
A partir de 2030	4.028	29.191	33.219
	-----	-----	-----
	4.028	36.216	40.244
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição. Em 31 de março de 2024, a controlada CTS possuía R\$ 114.559 em prejuízos fiscais (R\$84.726 em 31 de dezembro de 2023) e R\$114.580 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$84.614 em 31 de dezembro de 2023), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

c. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2024	31.12.2023	31.03.2024	31.12.2023
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	2	2	39.481	39.684
Imposto de renda e contribuição social antecipados	11.171	8.886	38.985	34.089
PIS e COFINS a recuperar (*)	7.687	7.481	24.443	34.518
IVA/ingressos brutos – Argentina	-	-	1.440	1.263
Imposto sobre o lucro líquido – ILL	5.341	5.341	5.341	5.341
IPTU a compensar	-	-	5.179	7.219
Outros impostos a recuperar	-	-	3.190	841
	-----	-----	-----	-----
	24.201	21.710	118.059	122.955
Ativo circulante	(11.382)	(8.891)	(69.214)	(63.294)
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	12.819	12.819	48.845	59.661
	=====	=====	=====	=====

(*) O saldo consolidado inclui créditos por compras e os montantes relacionados aos créditos gerados pela exclusão de ICMS na base de PIS e COFINS que estão sendo compensados com débitos de impostos Federais.

d. Impostos devidos e parcelamentos

Os parcelamentos de impostos consolidado são atualizados pela taxa SELIC e são como segue:

	Consolidado	
	31.03.2024	31.12.2023
Parcelamentos Estaduais	102.592	103.323
Parcelamentos Federais	375.154	362.083
Outros parcelamentos	10.882	10.683
	-----	-----
	488.628	476.089
Circulante	(123.161)	(125.231)
	-----	-----
Não circulante	365.467	350.858
	=====	=====

Os vencimentos dos impostos parcelados são como segue:

	2024	2025		2026	2027 a 2032	Total
		Curto prazo	Longo prazo			
Parcelamentos Estaduais	22.485	6.910	16.458	19.835	36.904	102.592
Parcelamentos Federais	67.722	18.885	60.365	72.855	155.327	375.154
Outros parcelamentos	6.506	653	2.084	1.639	-	10.882
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total a pagar	96.713	26.448	78.907	94.329	192.231	488.628
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

A Companhia e suas controladas indiretas CTS, CSA e AMMO possuem parcelamentos vigentes e pedidos de parcelamento de impostos e contribuições em atraso. A classificação contábil considera a possibilidade legal de obtenção dos parcelamentos conforme legislação aplicável e respectiva quantidade de parcelas, incluindo multas e juros incorridos.

21. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos, reclamações cíveis e trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários, cíveis e trabalhistas, cuja perda foi estimada como possível, nos valores de R\$57.324, R\$206.589 e R\$2.710, respectivamente (R\$57.324, R\$206.589 e R\$2.710, respectivamente em 31 de dezembro de 2023). Os principais processos tributários correspondem a: (i) importações de insumos sob o regime de Drawback (R\$7.559); (ii) auto de infração sobre apuração de crédito presumido FAIN (R\$5.871); (iii) glosas de créditos de COFINS (R\$7.877); (iv) estorno de crédito de ICMS sobre energia elétrica (R\$6.978); (v) isenção de IPI por ex-tarifário (R\$3.160); (vi) Mandado de Segurança impetrado visando a manutenção de débitos em parcelamento PRORELIT (R\$2.255); (vii) Auto de Infração referente a GILRAT (R\$2.800); (viii) não homologação das compensações referente a COFINS (R\$2.830) e (ix) Auto de Infração de IOF sobre operações de mútuo (R\$919).

Os principais processos cíveis referem-se a: (x) Mandado de Segurança impetrado contra a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que objetiva o afastamento de possíveis ônus financeiros decorrentes de decisões judiciais que determinam o rateio de prejuízos entre as geradoras de energia (R\$38.701); (xi) Ações Anulatórias com pedido de liminar visando cancelar algumas "Dações em

pagamento” de diversos imóveis, em razão das dívidas geradas pela não entrega de algodão (R\$125.550). Os principais processos trabalhistas correspondem a reclamações trabalhistas de ex-funcionários e terceiros.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2024	31.12.2023	31.03.2024	31.12.2023
Tributários	8.252	8.252	63.256	60.955
Trabalhistas	-	-	74.001	35.277
Cíveis e outras	5.720	5.720	16.644	16.235
	-----	-----	-----	-----
	13.972	13.972	153.901	112.467
	=====	=====	=====	=====
Depósitos judiciais	8.170	8.170	28.778	28.704
	=====	=====	=====	=====

Tributários – As controladas CSA e AMMO são polo ativo em ações judiciais que visam contestar a cobrança do diferencial de alíquota do ICMS (DIFAL) em decorrência da inconstitucionalidade da cobrança através de Convênio, sem lei complementar que o institua, bem como pelo descumprimento do princípio da anterioridade anual e nonagesimal da LC nº190/2022 pelos Estados.

Trabalhistas - A Companhia e suas controladas são polos passivos em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis - A Companhia e sua controlada indireta CSA são polos ativos em ações judiciais contra a União questionando a legalidade da COFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

A controlada indireta CTS estima gastos de aproximadamente R\$3.176 (R\$3.213 em 31 de dezembro de 2023) com demandas administrativas e judiciais, limpeza e demais adequações para a retomada da geração de energia nas Usinas, que foram inundadas com as chuvas de janeiro de 2022.

Pedido de restituição e compensação (PERDCOMP) - A Companhia é polo ativo em ação de repetição de indébito que está questionando a aplicação retroativa da IN323/2005, que determina prazos para a entrega da PERDCOMP.

As movimentações de provisões diversas consolidadas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 31.12.2023	Adições	Baixas	Variação cambial	Saldos em 31.03.2024
Tributários	60.955	2.304	(3)	-	63.256
Trabalhistas	35.277	38.812	(78)	(10)	74.001
Cíveis e outras	16.235	962	(538)	(15)	16.644
	-----	-----	-----	-----	-----
	112.467	42.078	(619)	(25)	153.901
	=====	=====	=====	=====	=====

22. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada indireta SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada indireta SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada indireta SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada indireta SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada indireta SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada indireta SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada indireta SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada indireta SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão definido em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	31.03.2024	31.12.2023
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	1.060	1.027
Custo dos juros, líquido	4.891	4.739
	-----	-----
Custo líquido do benefício	5.951	5.766
	=====	=====

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	31.03.2024	31.12.2023
Provisão para plano de pensão	125.420	121.533
Outras provisões de benefícios a funcionários	1.942	1.883
	-----	-----
Total do plano de aposentadoria e benefícios	127.362	123.416
	-----	-----
Circulante (a)	(17.500)	(16.957)
	-----	-----
Não circulante	109.862	106.459
	=====	=====

(a) Incluída na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2024	31.12.2023	31.03.2024	31.12.2023
ATIVOS FINANCEIROS				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	452	923	57.890	67.044
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	29.468	26.728
Duplicatas a receber	-	-	123.508	161.895
Valores a receber – clientes (c)	13.575	478	26.290	10.785
Outros créditos a receber	3.967	4.773	12.343	11.008
Títulos e valores mobiliários (nc)	-	-	6.022	8.632
Valores a receber – clientes (nc)	8.881	-	12.538	3.466
Partes relacionadas	380.735	363.583	245.717	238.709
Depósitos judiciais	8.170	8.170	28.778	28.704
Outros créditos e valores a receber	40.720	40.719	69.473	78.443
PASSIVOS FINANCEIROS				
Custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos (c)	39.853	40.504	875.258	898.247
Debêntures (c)	-	-	383.202	373.220
Fornecedores	2.310	3.519	374.083	344.869
Concessões governamentais (c)	-	-	246.372	242.201
Outras contas a pagar	3.325	3.325	59.376	62.891
Empréstimos e financiamentos (nc)	-	-	67.196	89.950
Concessões governamentais (nc)	-	-	31.193	19.337
Partes relacionadas	581.649	558.616	-	-
Outras obrigações	760	772	21.043	20.495

(c) circulante

(nc) não circulante

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações contábeis intermediárias em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros de curto prazo, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao “valor justo por meio de resultado”, todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao “Custo Amortizado”. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como

“Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados nas políticas e diretrizes da Companhia e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia. Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não havia operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas possuem investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

	31.03.2024				
	R\$	\$ARG	US\$	\$PYG	Varição cambial sobre investimentos no exterior R\$
Investimentos no exterior:					
Coteminas Argentina	60.625	10.411.162	-	-	19.543
LAT Capital	15.276	-	3.058	-	464
Textil Guarani	1.142	-	-	1.694.646	16
SGUS	212.450	-	42.522	-	6.498
Santanense Argentina S.A.	(5)	(859)	-	-	1
Coteminas International Ltd.	7.143	-	1.430	-	178
Coteminas (Sucursal Argentina)	(3)	(515)	-	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----
	296.628	10.409.788	47.010	1.694.646	26.700
Partes relacionadas:					
LAT Capital	(74.030)	-	(14.817)	-	(2.279)
SGUS	(227.411)	-	(45.517)	-	(7.015)
	-----	-----	-----	-----	-----
	(301.441)	-	(60.334)	-	(9.294)
	-----	-----	-----	-----	-----
Total de investimentos líquidos	(4.813)	10.409.788	(13.324)	1.694.646	17.406
	=====	=====	=====	=====	=====

d.3.2 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros na Companhia e em suas controladas diretas e indiretas sediadas no Brasil:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras são como segue:

Instrumentos financeiros	31.03.2024	31.12.2023
Duplicatas a receber	28.794	34.172
Fornecedores	(14.411)	(12.323)
Empréstimos e financiamentos	(179.241)	(170.193)
Partes relacionadas	47.266	83.358
Outras contas a pagar	(81)	(79)
	-----	-----
Total da exposição em Reais	(117.673)	(65.065)
	=====	=====
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	(23.552)	(13.440)
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em dólares norte-americanos já contratados em 31 de março de 2024 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2024	Alta do Dólar	11.481	1.283	15.944	30.604
2025	Alta do Dólar	(13.751)	(1.979)	(19.650)	(37.320)
2026	Alta do Dólar	(21.282)	(10.631)	(39.871)	(69.111)
		-----	-----	-----	-----
		(23.552)	(11.327)	(43.577)	(75.827)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de dólares e comparando com a taxa do dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma variação das taxas futuras de dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de dólares foram obtidas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. No primeiro trimestre de 2024, a controlada indireta registrou uma perda no montante de R\$4.873.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR e a juros fixos estão demonstrados nas notas explicativas nº 13 e 19. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos (exceto os demonstrados em d.5.1 e d.5.2) e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros.

d.5.1 - Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros--São classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras - juros sobre empréstimos”. Não houve aplicação em derivativos envolvendo taxas de juros nos períodos findos em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

d.5.2 - Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os principais valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis pelos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	31.03.2024			31.12.2023
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 100,0% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2033	18.864	165	-	19.029
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: janeiro/2024	-	-	-	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 100,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2033	196.442	1.717	-	198.159
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: março/2029 (*)	-	-	-	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 100,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2033	194.738	1.702	-	196.440
Contrato de empréstimo -- Juros: 100,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2033	58.670	512	-	59.182
(referência à nota explicativa nº 13)				472.810
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,1% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: abril/2024	4.936	467	-	5.403
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: junho/2027	26.384	2.575	-	28.959
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: junho/2027	10.744	1.246	-	11.990
(referência à nota explicativa nº 13)				46.352
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: janeiro/2025	6.088	551	-	6.639
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco BOCOM BBM Vencimento: janeiro/2025	5.911	781	-	6.692
(referência à nota explicativa nº 13)				13.331

Descrição	31.03.2024			31.12.2023	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: dezembro/2025	2.767	105	-	2.872	2.893
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: novembro/2026	3.423	130	-	3.553	3.425
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: novembro/2026	3.912	148	-	4.060	3.919
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: novembro/2026	4.401	167	-	4.568	4.409
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: novembro/2026	3.912	135	-	4.047	3.919
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: novembro/2026	2.091	79	-	2.170	2.095
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: dezembro/2025	1.676	64	-	1.740	1.752
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: dezembro/2025	1.603	61	-	1.664	1.676
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: dezembro/2025	1.603	60	-	1.663	1.676
(referência à nota explicativa nº 13)				26.337	25.764
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,0% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: janeiro/2024	1.524	1	-	1.525	1.525
Contrato de empréstimo -- Juros: 168,0% do CDI Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: novembro/2024	19.599	205	-	19.804	19.629
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,6% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: abril/2024	3.333	67	-	3.400	3.376
(referência à nota explicativa nº 13)				24.729	24.530
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 18% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: julho/2024	1.540	18	-	1.558	1.376

Descrição	31.03.2024			31.12.2023	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,2% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: fevereiro/2029	3.610	22	-	3.632	4.134
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,2% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: fevereiro/2029	3.910	23	-	3.933	4.117
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: fevereiro/2029	14.060	69	-	14.129	13.514
(referência à nota explicativa nº 13)				23.252	23.141
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,8% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2026	3.073	127	-	3.200	3.095
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,8% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2026	3.339	178	-	3.517	3.399
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 21,8% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2025	2.688	106	-	2.794	2.837
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,8% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2026	4.135	220	-	4.355	4.221
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,8% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2026	5.310	280	-	5.590	5.418
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,8% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2026	4.042	216	-	4.258	4.126
(referência à nota explicativa nº 13)				23.714	23.096
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,1% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: abril/2024	149	15	-	164	158
(referência à nota explicativa nº 13)				164	158
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: novembro/2024	3.333	549	-	3.882	3.835
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,7% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: novembro/2024	3.333	237	-	3.570	3.707

Descrição	31.03.2024			31.12.2023	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: dezembro/2024 (*)	-	-	-	-	110
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: janeiro/2027 (*)	-	-	-	-	2.654
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: janeiro/2027 (*)	-	-	-	-	3.114
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: fevereiro/2028 (*)	-	-	-	-	22.320
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: fevereiro/2028 (*)	-	-	-	-	4.925
(referência à nota explicativa nº 13)				7.452	40.665
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,0% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: março/2024	22.000	262	-	22.262	22.349
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,0% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: maio/2025	13.643	196	-	13.839	16.833
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,0% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: fevereiro/2024	-	-	-	-	4.687
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,0% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: fevereiro/2024	-	-	-	-	3.121
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,6% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: junho/2024	14.010	1.264	-	15.274	26.752
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,2% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: agosto/2024	6.000	37	-	6.037	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,2% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: setembro/2024	5.790	77	-	5.867	5.875
(referência à nota explicativa nº 13)				63.279	79.617

Descrição	31.03.2024			31.12.2023	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,6% Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2024	1.333	56	-	1.389	2.741
(referência à nota explicativa nº 13)				1.389	2.741
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: dezembro/2025	4.837	141	-	4.978	5.056
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: outubro/2026	5.229	118	-	5.347	5.565
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: janeiro/2024	-	-	-	-	1.402
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,0% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2025	2.246	59	-	2.305	2.455
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2025	1.845	49	-	1.894	2.016
(referência à nota explicativa nº 13)				14.524	16.494
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,9% Contraparte: Banco Luso Brasileiro S.A. Vencimento: março/2027 (*)	-	-	-	-	10.388
(referência à nota explicativa nº 13)				-	10.388
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 14,7% Contraparte: SFT Fundo de Investimento em direitos creditórios Vencimento: setembro/2025	3.863	2	-	3.865	4.968
(referência à nota explicativa nº 13)				3.865	4.968
Debêntures 5ª série -- Juros: IPCA + 9,25% a.a. Contraparte: Diversos debenturistas Vencimento: julho/2031	117.333	22.864	(1.948)	138.249	141.150
(referência à nota explicativa nº 14)				138.249	141.150
	823.272	38.123	(1.948)	859.447	909.663
	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Contratos encerrados antecipadamente devido a renegociações.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de março de 2024, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo Médio	Cenários		
			Provável	II	III
2024	Alta da taxa	285.811	25.034	26.086	28.796
2025	Alta da taxa	172.738	26.201	27.963	30.801
2026	Alta da taxa	134.723	20.929	24.936	28.397
2027	Alta da taxa	97.399	11.880	13.766	15.250
2028	Alta da taxa	72.685	8.759	10.418	11.596
2029	Alta da taxa	502.424	342.255	519.754	672.487
2030	Alta da taxa	469.136	49.036	71.670	86.313
2031	Alta da taxa	430.105	44.470	65.096	78.640
2032	Alta da taxa	386.688	40.253	57.017	68.916
2033	Alta da taxa	263.651	27.343	38.729	70.431
		-----	-----	-----	-----
		2.815.360	596.160	855.435	1.091.627
		=====	=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano. O cenário "Provável" representa o resultado da evolução da taxa de juros, considerando-se as taxas futuras do CDI e IPCA e os vencimentos do principal e dos juros. Para os cenários II e III, foi considerado um aumento das taxas futuras do CDI e IPCA em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e as taxas de juros futuras do IPCA foram obtidas no Relatório Focus do Banco Central do Brasil.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos e valores mobiliários. Esse risco é mitigado pela política de efetuar transações financeiras somente em instituições financeiras de grande porte. O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da Companhia, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez-- A Companhia apresentou os valores dos ativos e passivos financeiros consolidados de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas em suas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de março de 2024, não houve alteração significativa em relação ao divulgado nas demonstrações financeiras anuais.

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações contábeis intermediárias.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2024	31.12.2023	31.03.2024	31.12.2023
Empréstimos e financiamentos	39.853	40.504	942.454	988.197
Debêntures	-	-	383.202	373.220
Caixa e equivalentes de caixa	(452)	(923)	(57.890)	(67.044)
Títulos e valores mobiliários	-	-	(35.490)	(35.360)
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida	39.401	39.581	1.232.276	1.259.013
	-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido	(275.170)	(312.264)	(465.171)	(543.310)
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	(235.769)	(272.683)	767.105	715.703
	=====	=====	=====	=====

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem três segmentos operacionais distintos: “Atacado”, “Varejo” e “Brins”.

A Companhia possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e, portanto, essas operações estão sob a denominação de segmento de “Atacado”, pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais.

As controladas indiretas AMMO e C7S possuem um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, venda multicanal, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento “Varejo”, pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

A controlada indireta CTS possui duas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (“Brins”) utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

As vendas realizadas pela controlada indireta CSA para a controlada indireta AMMO e controlada CTS, são excluídas no quadro abaixo, no segmento Atacado, para que seja demonstrado somente as vendas realizadas para terceiros e que coincidam com a gestão de cada segmento de negócio, Atacado, Varejo e Brins. A avaliação do desempenho de cada segmento, não inclui as vendas realizadas entre as companhias.

Abaixo a Companhia apresenta as informações por segmento (expressas em milhões de Reais):

31.03.2024					
	Atacado	Varejo	Brins	(*) Outros não alocáveis	Total
Receita operacional líquida	51,0	62,5	(1,2)	0,1	112,4
Custo dos produtos vendidos	(41,3)	(32,2)	(0,5)	-	(74,0)
Custo de ociosidade e outros	(48,4)	-	(20,7)	-	(69,1)
Lucro bruto	(38,7)	30,3	(22,4)	0,1	(30,7)
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(27,1)	(51,1)	(6,6)	(2,4)	(87,2)
Equivalência patrimonial	-	(1,3)	-	-	(1,3)
Outros	(11,0)	0,1	(6,8)	(0,4)	(18,1)
Resultado operacional	(76,8)	(22,0)	(35,8)	(2,7)	(137,3)
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	(17,5)	-	(58,7)	(76,2)
Variação cambial	-	-	-	(5,1)	(5,1)
Resultado antes dos impostos	(76,8)	(39,5)	(35,8)	(66,5)	(218,6)
Depreciação e amortização	13,4	5,1	2,4	0,1	21,0
	=====	=====	=====	=====	=====
31.03.2023					
	Atacado	Varejo	Brins	(*) Outros não alocáveis	Total
Receita operacional líquida	77,6	90,6	2,9	-	171,1
Custo dos produtos vendidos	(67,6)	(44,0)	(2,7)	-	(114,3)
Custo de ociosidade e outros	(71,9)	-	(16,5)	-	(88,4)
Lucro bruto	(61,9)	46,6	(16,3)	-	(31,6)
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(36,0)	(53,2)	(7,0)	(5,8)	(102,0)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(8,9)	(8,9)
Outros	(21,8)	(0,1)	(0,4)	(0,3)	(22,6)
Resultado operacional	(119,7)	(6,7)	(23,7)	(15,0)	(165,1)
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	(17,5)	-	(81,4)	(98,9)
Variação cambial	-	-	-	(3,0)	(3,0)
Resultado antes dos impostos	(119,7)	(24,2)	(23,7)	(99,4)	(267,0)
Depreciação e amortização	14,8	7,5	2,7	1,2	26,2
	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Referem-se a despesas da Companhia (controladora) e de controladas não operacionais, equivalência patrimonial de coligadas e resultado financeiro não alocável.

As controladas da Companhia, em suas análises sobre o desempenho de vendas, classificam seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, produtos intermediários e varejo.

Informações de venda por categoria ou linha de produtos:

	Consolidado	
	31.03.2024	31.03.2023
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	50,1	76,9
Produtos intermediários	(0,2)	3,6
Varejo	62,5	90,6
	-----	-----
	112,4	171,1
	=====	=====
Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	7,2	1,3
Produtos intermediários	0,3	0,6
	-----	-----
	7,5	1,9
	=====	=====

A Companhia e suas controladas possuem mais de 13.000 clientes ativos nos segmentos Atacado e Brim, em 31 de março de 2024.

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	31.03.2024	31.03.2023
RECEITA OPERACIONAL:		
Receitas brutas		
Vendas de mercadorias, serviços e outros	150.574	222.096
Deduções das receitas	(38.211)	(51.005)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	112.363	171.091
	=====	=====

26. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	31.03.2024	31.03.2023
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos	(103.281)	(148.304)
Benefícios a empregados	(86.388)	(96.579)
INSS	(10.002)	(12.937)
Depreciação e amortização	(20.970)	(26.200)
Variação dos estoques de produtos acabados e em processo	(9.665)	(20.546)
	-----	-----
Total das despesas por natureza	(230.306)	(304.566)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	31.03.2024	31.03.2023
Custo dos produtos vendidos	(73.929)	(114.343)
Custo de ociosidade e outros	(69.146)	(88.417)
Vendas	(52.303)	(58.123)
Gerais e administrativas	(29.898)	(38.238)
Honorários da administração	(5.030)	(5.445)
Total das despesas por função	(230.306)	(304.566)
	=====	=====

27. PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do prejuízo básico e diluído por ação foi calculado como segue:

	31.03.2024	31.03.2023
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(116.646)	(155.267)
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	13.912.800	13.912.800
Preferenciais	16.723.657	16.723.657
	30.636.457	30.636.457
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$)	(3,8074)	(5,0680)
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o prejuízo básico por ação é igual ao prejuízo diluído por ação.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Repactuação de empréstimos e financiamentos

Banco do Brasil – Em abril de 2024, a controlada indireta CSA repactudou dívidas dos empréstimos ACC no montante de R\$49.815, considerando taxa de juros anual de 6,52% e vencimento para janeiro de 2025. Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos; (ii) fiança do controlador e da controlada SGPSA; e (iii) por duplicatas a receber.

Banco Sofisa - Em novembro de 2024, as controladas indiretas CSA e CTS e seu avalista repactuaram dívidas dos empréstimos no montante de R\$8.124, considerando vencimento até novembro de 2029, a amortização do principal a partir de dezembro de 2025. O empréstimo é garantido por aval e penhora de imóveis.

Banco Daycoval – Em abril de 2024, a controlada indireta CSA repactudou dívidas dos empréstimos NCE no montante de R\$21.084, considerando taxa de juros anual de 9,25% + CDI e vencimento para outubro de 2026. Em abril de 2024, a controlada indireta CSA repactudou empréstimo CCB no montante de R\$2.689, considerando taxa de juros anual de 19,14% + CDI e vencimento para outubro de 2025. Em setembro de 2024, a controlada indireta CSA repactudou dívidas dos empréstimos no montante de R\$26.074, considerando taxa de juros anual de 1,5% + CDI e vencimento para abril de 2026. Os empréstimos são garantidos por: (i) avais do controlador; e (ii) alienação fiduciária de bens imóveis.

Banco Industrial do Brasil – Em 06 de maio de 2024, a Companhia e algumas empresas do grupo (Encorpar Empreendimentos Imobiliários – em Recuperação Judicial e Seda S.A.), proprietárias dos

imóveis, entregaram esses imóveis em Dação de pagamento para quitação de empréstimos com o Banco, no valor total de R\$64.340 (R\$ 29.831 em empréstimos da Companhia). Nesta operação a Companhia obteve uma perda no montante de R\$26.227 referente ao imóvel de sua propriedade, que não estão refletidos nessas demonstrações contábeis intermediárias. Os empréstimos são garantidos por: (i) avais do controlador (ii) cessão fiduciária de duplicatas das controladas indiretas CSA e CTS.

Banco Fibrá – Em junho de 2024, a Companhia, as controladas indiretas CSA e CTS repactuaram dividas dos empréstimos no montante de R\$ 44.973, considerando taxa de juros anual de 3% +CDI durante 24 meses e após, taxa de juros anual de 6,75% +CDI e vencimento para junho de 2029. A amortização anual do principal a partir de 2025. Em agosto de 2024, a Companhia captou novo empréstimo no montante de R\$12.000, considerando taxa de juros anual de 3%+CDI durante 24 meses e após, taxa de juros anual de 6,75%+CDI e vencimento para junho de 2029. A amortização semestral do principal a partir de 2026. Os empréstimos são garantidos por: (i) avais do controlador, da controlada indireta CSA e da Companhia (ii) cessão fiduciária de duplicatas, direitos creditórios e cédula de produto rural (iii) alienação fiduciária de bens imóveis.

As repactuações apresentadas acima não estão refletidas nas apresentações do balanço e notas explicativas das demonstrações contábeis intermediárias de 31 de março de 2024.

b) Debentures - AMMO

Em 8 de maio de 2024, a controlada SGPSA e a controlada indireta AMMO divulgaram fato relevante sobre notificação enviada pelo debenturista Odernes, alegando o vencimento antecipado, e a consequente excussão das garantias exigindo a consolidação da propriedade das ações de emissão da controlada indireta AMMO.

A controlada indireta CSA, por sua vez, contranotificou o debenturista informando não terem se configurado o vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, muito menos a possibilidade de serem excutidas as ações da AMMO ou a transferência de tais ações para qualquer outra empresa.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos das Companhias e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, a controlada indireta CSA juntamente com outras empresas do grupo, em 6 de maio de 2024, requereram Recuperação Judicial e obtiveram deferimento, em sede liminar, de seus pedidos.

Em 17 de julho de 2024, foi assinado acordo entre o debenturista e a controlada indireta AMMO, e outras empresas do Grupo para prorrogar o vencimento das debêntures e extinguir disputa entre as partes. No referido acordo, além de garantias adicionais, inclusive a marca Mmartan, foram pactuados pagamentos trimestrais a partir de dezembro de 2025 de parcelas fixas de R\$3.750 até dezembro de 2029, e pagamento do saldo devedor até dezembro de 2029. Desde que cumpridas certas condições acordadas, sobre o principal não haverá incidência de juros e também se atingindo o pagamento de US\$34.541 mil até dezembro de 2029 o saldo devedor remanescente da dívida será extinto a título de bônus de adimplência e ocorrerá o consequente cancelamento das debêntures

Em 26 de julho de 2024, após procedimento de constatação prévia, foi deferido o processamento da Recuperação Judicial em despacho de 25 de julho de 2024.

c) Outros eventos subsequentes

Grupamento de ações - Em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 12 de julho de 2024, foi aprovado o grupamento da totalidade de ações de emissão da Companhia na proporção de 5 ações para 1 ação da mesma espécie sem modificação do valor de seu capital social.

Encerramento de lojas - Em 2024, no contexto de reestruturação operacional e ajuste de seu capital de giro, a administração da controlada indireta AMMO realizou o fechamento de 33 lojas próprias (3 lojas foram encerradas no 1º trimestre de 2024). A provisão para perdas sobre as benfeitorias em imóveis de terceiros, pontos comerciais e outros ativos imobilizados destas lojas já estavam provisionados em 31 de

dezembro de 2023 (vide notas explicativas nº10 e nº12 às demonstrações contábeis intermediárias).

* * * * *



COTEMINAS

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS

**Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS – em
recuperação judicial**

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76

NIRE 3130003731-2

Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, v, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre o parecer dos auditores independentes

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao 1º trimestre de 2024, emitido nesta data, em atendimento ao inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

São Paulo, 19 de março de 2025.

Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

Barbara Gomes da Silva
Diretora

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor de Relações com Investidores



COTEMINAS

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS

**Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS – em
recuperação judicial**

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76

NIRE 3130003731-2

Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, vi, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre as demonstrações financeiras.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao 1º trimestre de 2024, autorizando sua conclusão nesta data, em atendimento ao inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

São Paulo, 19 de março de 2025.

Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

Barbara Gomes da Silva
Diretora

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor de Relações com Investidores